Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 19

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL
Primeira parcela do 13º é paga até dia 30; veja datas e quem recebe (13º salário) 3

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL
TRF-3 afasta contribuição ao INSS sobre faltas de empregado durante aviso-prévio 5

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL
Quando passa a valer o perdão à dívida do MEI? Veja perguntas e respostas 7

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Nova pasta deve diminuir atribuições da Justiça 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Cenário cheio de incertezas marca "virada de chave" da reforma tributária 11

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Além de Flávio, seis deixam o Senado com ações e inquéritos no Supremo 14

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Vorcaro pronto para delatar - ELIANE CANTANHÊDE 16

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Flávio tenta tirar Moraes de caso envolvendo Willer 17

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL
Supremo deve julgar cobrança de adicional de 1% da Cofins-Importação 18

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS
SEGURIDADE SOCIAL
PGR envia nesta semana ao STF parecer pelo encerramento do inquérito das fake news 20

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
SEGURIDADE SOCIAL
Fachin deve negar pedido de Flávio Bolsonaro para afastar Moraes de investigação no STF 21

PORTAL UOL - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Crise do Master e recurso de Bolsonaro: o que STF deve julgar ainda em 2026 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Ex-secretário assegura: texto "evoluiu muito" 25

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Com piora de cenário pós-eleição, cresce aposta de Selic estacionada 26

G1 - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA
Simples Nacional: prazo para cancelar opções de IBS e CBS começa nesta terça 28

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Investimento em infraestrutura e aumento da produtividade são desafios para Lula 4 31

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Corte de 0,25 ponto ou manutenção da Selic? Mercado se divide sobre projeção para decisão do Copom 33

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Dólar deve se guiar por reação de Trump às eleições 35

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Renovação legislativa nos EUA está no centro de atenção de investidores 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
"Se Lula errar no começo, será complicado consertar" 39

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Petróleo despenca 8% com aceno para retomada de conversas entre EUA e Irã 41

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Kearney prevê crescimento médio de 1,7% até 2028 43

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Califórnia pode dar impulso global a taxação de ricos, afirma Zucman 45

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
ECONOMIA
Reajuste do convênio médico corporativo deve ficar entre 9% e 11% 47

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA
Votos latinos refluem para os democratas, dizem pesquisas 49

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA
'Ilhado' por direita sul-americana, Brasil deve buscar pragmatismo 51

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA
Lula busca nomes heterodoxos para Copom e mira Selic menor 53

Primeira parcela do 13º é paga até dia 30; veja datas e quem recebe (13º salário)

Cristiane Gercina

O pagamento da primeira parcela do 13º salário deve ser feito a trabalhadores contratados pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e a **servidores públicos** até o dia 30 de novembro. Neste ano, a data cai em uma segunda-feira.

Por lei, a gratificação natalina pode ser dividida em duas parcelas. A primeira delas deve ser quitada entre fevereiro e novembro, e a segunda, até 20 de dezembro. Neste ano, o dia 20 cairá no domingo, e a segunda cota deverá ser antecipada para a sexta-feira, 18 de dezembro.

Têm direito ao 13º trabalhadores contratados pela CLT, **servidores públicos** e aposentados e pensionistas da **Previdência Social** e de regimes próprios.

Segundo a advogada trabalhista Maria Eduarda Martins Guedes Nunes, do Mauro Menezes E Advogados, a orientação é para que as empresas antecipem o depósito para o dia útil que antecede a data-limite. "Isso é importante porque a legislação estabelece expressamente o dia 20 de dezembro como prazo para quitação do 13º, fixando a data como limite máximo de pagamento", explica.

Maria Eduarda afirma que acordos e convenções coletivas de categorias podem trazer regras diferentes, determinando a antecipação quando o vencimento cair em algum dia sem expediente. Em geral, esses instrumentos trazem também consequências caso o empregado descumpra a lei.

Uma newsletter com informações exclusivas para quem precisa tomar decisões

Carregando...

Para receber o 13º, o profissional deve ter trabalhado por pelo menos 15 dias no mês. As empresas podem ainda optar por pagar o benefício em uma única parcela, mas não há consenso se o pagamento deve ser feito até 30 de novembro ou até 20 de dezembro. Especialistas recomendam aos empregadores que optarem pela cota única fazerem o pagamento já em novembro.

O valor, que corresponde à metade do salário mais os adicionais que houver, também pode ser pago nas férias ou no aniversário do trabalhador, como ocorre com servidores. Aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) já receberam o 13º em abril e maio deste ano. A gratificação natalina é um direito assegurado pela Constituição Federal e regulamentado pela lei n.º 4.090, de 1962.

A reforma trabalhista de 2017 incluiu o artigo 611-B na legislação, impedindo que o 13º deixe de ser pago ou sofra redução por meio de negociação coletiva. Além disso, diz ela, o 452-A trata do pagamento proporcional para contratos intermitentes, criados na reforma do governo de Michel **Temer** (MDB). Ao receber no mês em que trabalhou, o empregador já paga o 13º proporcional referente aos dias.

O total a ser recebido de 13º varia conforme a quantidade de meses de trabalho no ano e tem como base o valor do salário. Também há diferença entre a quantia a ser recebida na primeira e na segunda parcelas.

Na primeira, não há desconto de **impostos**. Na segunda, desconta-se a contribuição ao **INSS** e, depois, o IR de quem é obrigado a pagar . Os descontos são aplicados sobre o total.

Para quem já estava na empresa ou foi contratado até o dia 17 de janeiro, o valor da primeira parcela do 13º é exatamente igual à metade do salário. Se houve pagamento de hora extra, adicional noturno ou comissões de forma frequente, a primeira parcela poderá ser maior, já que esses valores devem ser considerados no cálculo.

Já para o profissional contratado a partir de 18 de janeiro, o 13º será proporcional aos meses trabalhados. Para quem tiver, no mínimo, 15 dias de trabalho no mês, já deve ser considerada a parcela cheia para calcular o benefício.

Para fazer os cálculos, o trabalhador deve dividir o salário de novembro por 12 e multiplicar pelo número de meses trabalhados. A primeira parcela é metade deste valor.

Por exemplo, um trabalhador com salário bruto de R$ 4.000, que trabalhou de julho a novembro. É preciso

dividir os R$ 4.000 por 12, o que dá R$ 333,33. Depois, multiplicar por quatro, o que dá R$ 1.333,33, e dividir por dois. A parcela será de R$ 666,66.

A primeira parcela do 13º não tem nenhum desconto. A segunda sofre desconto da contribuição ao **INSS** e do Imposto de Renda a quem é obrigado a pagar. Neste ano, o presidente Lula sancionou a lei que isenta o pagamento do IR para quem ganha até R$ 5.000. A regra também vale para o 13º.

Faltas sem justificativa podem reduzir o valor do 13º. Para garantir 1/12 do benefício, o trabalhador precisa ter cumprido pelo menos 15 dias de trabalho no mês. Caso contrário, aquele mês não será considerado no cálculo.

A segunda parcela costuma ser menor, pois inclui todos os descontos, como **impostos**, faltas ou atrasos. As alíquotas variam conforme a faixa salarial, e o desconto do IR é feito diretamente na fonte.

Trabalhadores afastados por questões de saúde têm direito ao 13º proporcional. A empresa paga o benefício referente aos primeiros 15 dias de afastamento. Após esse período, o pagamento passa a ser responsabilidade do **INSS**.

Beneficiários do Bolsa Família não têm direito ao 13º salário. A mesma regra é aplicada a quem recebe BPC (Benefício de Prestação Continuada). Isso porque são verbas assistenciais e não salariais. Trabalhadores informais, autônomos e estagiários também não recebem o benefício.

O 13º é pago a todos os que trabalham com carteira assinada e a **servidores públicos**, aposentados, pensionistas do **INSS** e de regimes próprios e cidadãos que recebem auxílios previdenciários.

O benefício foi criado pela lei 4.090, de 1962, e consta como uma garantia dos trabalhadores na Constituição Federal, que determina o pagamento do 13º com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria .

Se o 13º não for pago no prazo, o trabalhador pode primeiro cobrar a empresa, de preferência por escrito, e guardar documentos que comprovem o atraso, como holerites, recibos e demais comprovantes de pagamento.

Também pode procurar o sindicato da categoria, já que convenções e acordos coletivos podem prever multa específica pelo atraso. Se o problema não for resolvido, o trabalhador pode denunciar a irregularidade aos canais de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego e, se necessário, recorrer à Justiça do Trabalho para cobrar o valor.

Site:
https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2026/11/primeira-parcela-do-13o-e-paga-ate-dia-30-veja-datas-e-quem-recebe.shtml

TRF-3 afasta contribuição ao INSS sobre faltas de empregado durante aviso-prévio

"Impacto é mais significativo para empresas em setores com uso intensivo de mão de obra" Daniel F. Carvalho

Uma empresa de tecnologia da informação (TI) conseguiu, na Justiça Federal, decisão para não ter que recolher as contribuições previdenciárias patronais e as destinadas a terceiros sobre valores descontados dos empregados por faltas durante o período de aviso-prévio, independentemente se esses dias forem lançados como desconto na folha de salários. Trata-se da primeira decisão de segunda instância neste sentido, segundo especialistas consultados pelo Valor.

DIVULGAÇÃO

O contribuinte perdeu em primeira instância, mas conseguiu emplacar a tese no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3). No pedido, alegou que, com as faltas dos trabalhadores, não há efetiva prestação de serviço ou tempo à disposição do empregador e, portanto, esses valores não deveriam compor efetivamente o salário de contribuição (base de cálculo).

A Fazenda Nacional, defende, porém, que, a depender de como for feito o lançamento na folha de salários, não haveria como reduzir a base de cálculo, mesmo que, ao final, os dias tenham sido efetivamente descontados pelo empregador.

Em primeira instância, a juíza Sílvia Figueiredo Marques, da 26ª Vara Cível Federal de São Paulo, negou o pedido do contribuinte. Segundo ela, as "verbas têm natureza salarial, já que consistem em remuneração da espécie salário". Ele cita, na sentença, um precedente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6).

No julgamento, os desembargadores entenderam que, "no caso de aviso prévio trabalhado, a redução da carga horária do trabalhador não enseja redução da incidência da contribuição previdenciária" (processo nº 1001912-59.2020.401.3812).

No TRF-3, porém, o entendimento foi outro. A 1ª Turma diferenciou essas faltas da redução de jornada garantida por lei durante o avisoprévio, situação em que o trabalhador recebe o salário integral e a contribuição continua devida. Para os desembargadores, faltas do empregado durante o aviso-prévio trabalhado seguem a mesma lógica das faltas injustificadas, que podem ser descontadas do salário, conforme a Lei nº 8.212, de 1991. Em seu artigo 28, a norma prevê que "quando a admissão, a dispensa, o afastamento ou a falta do empregado ocorrer no curso do mês, o salário-de-contribuição será proporcional ao número de dias de trabalho efetivo".

Conforme o relator da ação, desembargador Renato Becho, não se aplica ao caso o artigo 488 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que trata de redução da jornada durante o aviso-prévio trabalhado, pois esta consiste em um benefício legal, enquanto a falta do empregado no caso analisado foi injustificada.

Dessa forma, o tribunal reformou a sentença e reconheceu o direito da empresa de "excluir da base de cálculo das contribuições previdenciárias patronais, SAT/RAT e contribuições destinadas a terceiros os valores correspondentes aos dias de ausência durante o aviso-prévio trabalhado que tenham sido efetivamente descontados da remuneração dos empregados" (processo nº 5037099-53.2025.4.03.6100).

A decisão se aplica a todos os empregados que tenham sido demitidos com o aviso-prévio trabalhado. Segundo o advogado Daniel Freire Carvalho, do escritório DF Carvalho, que defende a empresa no processo, o entendimento pode ser usado de parâmetro para que outras empresas busquem o mesmo direito no Judiciário.

Pela primeira vez, afirma ele, entendeu-se que, "a despeito do aviso prévio trabalhado ser lançado em folha de pagamento em sua integralidade, se houver, posteriormente, desconto decorrente de faltas no período do aviso, as contribuições previdenciárias não devem incidir sobre o valor bruto já informado pela empresa".

O impacto, acrescenta ele, é mais significativo para setores com uso intensivo de mão de obra e alto "turnover", como os de telemarketing, serviços de limpeza e vigilância, por exemplo. "Empresas desses setores, inclusive, serão muito afetadas pela **reforma tributária**, porque em teoria poderão tomar pouco crédito de CBS [Contribuição Social sobre Bens e

Serviços]. Assim, qualquer ajuste em termos de folha de pagamentos acaba fazendo muita diferença", afirma.

Em geral, segundo especialistas, o entendimento do Judiciário é majoritariamente favorável à Fazenda Nacional. Daniel Freire Carvalho estima ter cerca de 40 ações discutindo o tema, e essa foi a primeira decisão favorável.

Ao analisar o caso de uma outra empresa de TI, o juiz Gabriel Hillen Albernaz Andrade, da 10ª Vara Cível Federal de São Paulo, entendeu que o pagamento do aviso prévio trabalhado tem natureza salarial (processo nº 5037076-10.2025.4.03.6100).

Em outra ação, a 3ª Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Uberlândia (MG), entendeu que "tratando-se de aviso prévio não indenizado, a mera tolerância do empregador à eventual falta do trabalhador não tem o poder de transmudar a natureza da rubrica remuneratória" (processo nº 1003252-22.2023.4.06.3803).

Para Sandro Miguel Júnior, sócio do Ernesto Borges Advogados, embora o impacto financeiro da discussão tenda a ser limitado, a decisão favorável ao contribuinte pode estimular empresas a revisar suas práticas e a avaliar oportunidades de recuperação de valores recolhidos sobre parcelas sem efetivo caráter remuneratório.

"Se houve falta do empregado e o respectivo desconto salarial, não existe remuneração paga, devida ou creditada em relação àquele período. Nessa lógica, não haveria base econômica para a incidência da contribuição previdenciária", diz.

O entendimento também é coerente com o artigo 28, parágrafo 1º, da Lei nº 8.212, de 1991, e com a distinção entre as faltas efetivamente descontadas e outras situações em que a remuneração é preservada, observa Rinaldo Braga, advogado tributarista, sócio do Lavez Coutinho.

Segundo ele, a controvérsia não é muito frequente no Judiciário porque a lei já estabelece a proporcionalidade do salário de contribuição nos casos de falta ao trabalho. "Geralmente, na prática, os sistemas de folha normalmente já consideram esses descontos na apuração da base tributável. Ou seja, a base já vem descontada desses valores e não sofre a tributação."

O entendimento, acrescenta, pode ser relevante nos casos em que "a apuração das contribuições tenha considerado valores correspondentes a faltas descontadas, especialmente em razão de inconsistências na parametrização das rubricas da folha ou na utilização das informações do eSocial".

Em nota ao Valor, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) diz que pretende recorrer da decisão devido ao descompasso entre o que foi pedido e o que foi decidido. Segundo o órgão, no mandado de segurança, a empresa "postulou a exclusão da base de cálculo previdenciária dos valores relativos aos dias de ausência no aviso prévio trabalhado não lançados como falta na folha de salários, mas descontados especificamente para quitação de saldo devedor, em razão de acordo entre as partes".

"Se o empregador abonou a falta e pagou a remuneração pelo dia não trabalhado, este valor compõe a base de cálculo da contribuição previdenciária, ainda que posteriormente ele tenha descontado algum suposto crédito das verbas rescisórias do empregado", afirma a PGFN. "Os acordos privados não podem ser opostos ao Fisco como forma de redução da base de cálculo da contribuição previdenciária, nos termos do artigo 123 do Código Tributário Nacional."

Quando passa a valer o perdão à dívida do MEI? Veja perguntas e respostas

Sancionada em 21 de outubro deste ano, a Lei Complementar 238 estabeleceu o perdão integral das dívidas de Microempreendedores Individuais (MEIs) referentes à contribuição previdenciária mensal (DAS-MEI). O perdão se refere às obrigações vencidas até 13 de outubro de 2026, mas é possível que o contribuinte ainda esteja visualizando as dívidas. Isso porque a lei prevê que as dívidas perdoadas serão oficialmente extintas em 1º de janeiro de 2027.

Receba as principais notícias direto no WhatsApp! Inscreva-se no canal do Terra

Tudo o que você precisa saber o perdão de dívidas do MEI:

1. Quais dívidas serão perdoadas?

O perdão abrange os débitos federais relativos à contribuição previdenciária do MEI com vencimento até 13 de outubro de 2026 e atinge 100% do débito (principal, juros, multa, encargo legal).

Estão incluídos tanto os débitos inscritos em Dívida Ativa da União (código de receita 1537), cobrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), consultados no Regularize , quanto os não inscritos, sob administração da **Receita Federal do Brasil**, que podem ser consultados no Portal de Serviços da Receita .

O perdão será aplicado mesmo que a dívida esteja parcelada, transacionada, negociada, garantida ou suspensa.

O governo alerta, porém, que o perdão não se aplica aos **impostos** estaduais e municipais (ICMS e ISS). Esses **tributos** continuarão sendo cobrados, mesmo que seus valores estejam incluídos no mesmo documento de arrecadação (DAS) que a contribuição perdoada.

2. Quando o perdão das dívidas produzirá efeitos?

As dívidas perdoadas serão extintas em 1º de janeiro de 2027. O contribuinte não precisa fazer qualquer solicitação ou requerimento neste momento, a identificação e a baixa das dívidas ocorrerão de forma automática na data prevista para a extinção.

3. O que acontecerá com as dívidas parceladas, transacionadas, protestadas ou em cobrança?

No caso de parcelamento ou transação ativa, quando o acordo tiver apenas dívidas relativas à contribuição previdenciária do MEI (valor do **INSS**), vencidas até 13/10/2026, o acordo será cancelado em 1º de janeiro de 2027.

Caso o acordo seja misto, ou seja, contemple dívidas abrangidas pelo perdão e dívidas que não serão perdoadas, o acordo não será cancelado por completo. Nessa situação, o contribuinte deverá solicitar a revisão da negociação por meio do Portal Regularize da PGFN (no caso de débitos inscritos em Dívida Ativa da União) ou do Portal de Serviços da **Receita Federal** (para débitos não inscritos).

O perdão não autoriza a devolução de valores que já foram pagos. Isso significa que os valores pagos serão abatidos da dívida e, após, o saldo devedor será cancelado.

Por fim, com a extinção da dívida, as cobranças judiciais serão encerradas, e eventuais garantias ou bens penhorados vinculados a essas dívidas serão liberadas, sem condenação em honorários decorrentes exclusivamente dessa extinção.

4. Como funciona a obrigação do pagamento regular das contribuições nos seis meses seguintes?

A obrigação de manter as contribuições vincendas quitadas aplica-se à pessoa que estiver formalmente enquadrada como MEI. Portanto, não se aplica para quem já deu baixa na empresa ou migrou para outro porte (ex. para microempresa).

Para os contribuintes que continuarem enquadrados como MEI, o descumprimento dessa pontualidade nos pagamentos provocará o cancelamento do perdão e a recomposição integral da dívida que havia sido perdoada, abatidos os eventuais valores recolhidos.

Caso ocorra essa perda do benefício, os parcelamentos e as negociações que haviam sido extintos por força da lei não serão reativados, prosseguindo a cobrança sobre o saldo da dívida recomposta.

5. O que acontecerá com as dívidas até a efetiva baixa dos créditos?

As dívidas permanecerão exigíveis até janeiro de 2027, e poderão ser regularizadas pelos meios disponíveis na PGFN e **RFB** .

6 Como confirmar se seus débitos históricos se enquadram?

Para saber se possui dívidas inscritas em Dívida Ativa da União abrangidas pelo perdão, o contribuinte deverá acessar o Regularize e selecionar a opção "Consulta Dívida Ativa". Caso haja dúvidas, o contribuinte deverá procurar um dos canais oficiais de atendimento da PGFN.

Site: https://www.terra.com.br/economia/quando-passa-a-valer-o-perdao-a-divida-do-mei-veja-perguntas-e-respostas,e320160417b94282e208c424f11d14877cidomnv.html

Nova pasta deve diminuir atribuições da Justiça

JENIFFER GULARTE E EDUARDO GONÇALVES
politica@oglobo.com.br BRASÍLIA

Promessa de Lula ainda em 2022, Ministério da Segurança assumiria a PF e a PRF, deixando com a estrutura já existente o debate sobre reforma, por exemplo; citada pelo presidente como condição para a mudança, PEC deve ser votada no Senado hoje

Promessa eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ainda na campanha de 2022, a recriação do Ministério da Segurança Pública deve sair do papel coma reeleição e terá como foco o combate ao crime organizado e ao feminicídio e a redução dos roubos de celulares. A mudança, porém, também tende a diminuir as atribuições atuais da pasta da Justiça, que deixaria de ter a gestão sobre a Polícia Federal (PF) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF), por exemplo.

A ideia de aliado sé que anova estrutura ajude o Palácio do Planalto adar respostas concretas em umadas áreas que estive ramno foco das preocupaçõesda população durante a disputa eleitoral deste ano. A tendência é que o ministério seja criado caso a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança seja aprovada. O texto já passou na Câmara, e a votação no Sena doestá marcada para hoje.

Em fase de discussão, anova pasta de vete ruma secretaria direcionada ao combate a facções, com foco no mapeamento da lavagem de dinheiro e quemi reo topo dos grupos criminosos. Interlocutores do governo defendem, por exemplo, a abertura de escritórios nos 27 estados que terão como objetivo ampliara integração comas polícias estaduais, a exemplo das estruturasrecé m-inauguradas em São Paulo e no Rio.

Lula tem condicionado a criação do ministério à aprovação no Congresso da PEC da Segurança, que estabelece novas funções ao governo federal para gestão do tema. O plano prevê que a pasta seja desmembrada do Ministério da Justiça.

Na estrutura do novo ministério, além da PF e da PRF, ficariam as secretarias nacionais de Políticas Penais, de Segurança Pública e de Política sobre Drogas, bem como a Força Nacional. Esses são, atualmente, os órgãos de maior orçamento e peso da pasta da Justiça.

Coma reconfiguração, caberáàJust iça conduzir como Legislativo e o Judiciário uma proposta de reforma nos tribunais, tema defendido por Lula na campanha eleitoral diante dos abalos de imagem no Supremo Tribunal Federal (STF) com o caso Master. O presidente chegou acitara criação de mandato para ministros e de um conselho para escolha dos integrantes da Corte.

ORÇAMENTO

Somente a partir da promulgação da PEC é que o governo deverá discutir um orçamento específico para anova pasta. O plano orçamentário de 2027, enviado ao Congresso Nacional em agosto, prevê

R$ 27,52 bilhões para o Ministério da Justiça. Para efeito de comparação, o valor é R $1,4 bilhão amais doque em 2026, mas é menor, por exemplo, do que o montante previsto para a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (R$ 28,8 bilhões).

Entre os cotados para chefiar o futuro ministério estão o promotor Lincoln Gakiya, do Ministério Público de São Paulo, conhecido por ter levado à cadeia os principais líderes do Primeiro Comando da Capital (PCC); o ex-governador do Ceará e ex-ministro da Educação Camilo Santana, que ganhou espaço na campanhae foi o autor de uma emenda que propôs a redução da maioridade penal para 16 anos no caso de crimes hediondos; o secretário nacional de Segurança

Pública, Chico Lucas, que atuou no Piauí em iniciativas que reduziram os roubos decelulares;eoex-ministroda Fazenda Fernando Haddad, que fez campanha ao governo de São Paulo prometendo uma agência antifacção e um placar com dados de resolução de crime sacada três meses. Aliados afirmam que Camilo saina frente por ter coordenado abem-sucedida estratégia da campanha petista no segundo turno. Ele também é lembrado para a Casa Civil.

- Precisa ter capacidade de convencimento e articulação para além dos interesses de uma corporação específica, integrando Polícia Federal, **Receita Federal**, oC oaf,c om Banco Central e agências reguladoras. E seja um gestor que acabe

com esse antagonismo histórico entre a atuação federal e as políticas estaduais, promovendo operações integradas e repasse qualificado de recursos -avalia o presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), Renato Sérgio de Lima.

Diante de um orçamento limitado, o coordenador da Escola de Segurança Multidimensional da Universidade de São Paulo (USP), Leandro Piquet, afirma que o foco do governo federal na nova pasta deverias e rabusca por cooperação com os estados:

- Estruturar redes de cooperação e compartilhamento de dados de inteligência, que já existem, e padronizara gestão do sistema prisional no Brasil. Isso tem um efeito midiático menor, mas é de grande importância para o setor.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Cenário cheio de incertezas marca "virada de chave" da reforma tributária

"Com definição do Imposto Seletivo, temos condições de uma aferição mais precisa do impacto tributário" Anderson Cardoso "O adiamento será necessário na parte operacional; não da reforma em si, mas das regras de validação" Ângelo de Angelis

A dois meses da entrada em vigor da **reforma tributária** sobre consumo, o grande número de pendências regulatórias e operacionais aumenta dúvidas sobre a viabilidade de se "virar a chave" no

a dia 1 de janeiro - data em que as mudanças começarão a entrar em vigor. Neste momento, a alíquota da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), divulgada na semana passada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), ainda está em discussão. O Imposto Seletivo, criado na reforma, não foi regulamentado. Empresas e especialistas ainda aguardam a versão 2.0 dos regulamentos que detalham como funcionarão a CBS e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Ainda faltam modelos de documentos e orientações operacionais, e nem todas as prefeituras estão preparadas para emitir notas fiscais adaptadas ao novo sistema.

Na equipe econômica do governo federal, a orientação é manter o calendário e buscar soluções administrativas para dar condições às empresas de operar no novo sistema a partir do próximo ano. Entre as alternativas em avaliação, estão medidas para simplificar as obrigações acessórias, propor programas de conformidade no início da transição e, se necessário, até criar linhas de crédito para auxiliar na adaptação.

Na **reforma tributária**, a CBS substituirá o Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (PIS/Cofins), que é federal. Já o IBS entrará no lugar do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - de competência estadual - e do Imposto sobre Serviços (ISS) - municipal. O Imposto Seletivo, de caráter regulatório, substituirá o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). CBS e IBS são as duas partes do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) brasileiro, por isso serão **tributos** "gêmeos". A implantação das mudanças será gradual, com a reforma totalmente encerrada em 2033.

Pelo calendário atual, a reforma

o começa no dia 1 de janeiro com a cobrança da CBS e uma alíquota simbólica de 0,1% do IBS. As incertezas foram reforçadas após o TCU informar seu cálculo para a alíquota da CBS: 11,3%, acima do esperado pelas empresas, que trabalhavam com algo na casa dos 9%.

A definição da alíquota será feita por resolução do Senado, a quem caberá aprová-la ou não. Se a casa não deliberar até 15 de dezembro, prevalecerá o percentual calculado pelo TCU. O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Renan Calheiros (MDB-AL), anunciou que realizará, a partir de 11 de novembro, audiências públicas para avaliar os parâmetros sugeridos pela Fazenda e validados pelo TCU. Eduardo Braga (MDB-AM) será o relator.

Com a CBS em 11,3%, alguns tributaristas projetam que a alíquota do IVA poderá superar 30%. Já o Ministério da Fazenda afirma que a alíquota média efetiva da CBS ficará, na prática, abaixo de 8,5%, depois de reduções previstas na reforma.

A ausência das alíquotas do Seletivo pode ter influenciado o cálculo da CBS, diz Anderson Trautman Cardoso, vice-presidente jurídico da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) e sócio do Souto Correa Advogados. A alíquota da CBS foi calculada com base na projeção de receita do Imposto Seletivo prevista no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027, quando a cobrança deverá manter a carga do IPI. A tendência, porém, é que a arrecadação do Seletivo aumente ao longo da transição da reforma, abrindo espaço para reduzir a alíquota da CBS e preservar a **receita federal**.

"Com a definição do Imposto Seletivo, nós temos condições de uma aferição mais precisa do impacto tributário, e aí sim uma perspectiva de redução da CBS, da alíquota de referência", diz Cardoso.

O Imposto Seletivo, em tese, começaria a ser cobrado em 1o de janeiro. Porém, por causa das eleições, o governo atrasou sua regulamentação. Essa demora vai produzir um "buraco" na arrecadação, pois um tributo novo só pode ser cobrado 90 dias após sua criação. Para contornar esse problema, existe a possibilidade de o governo prorrogar a vigência do IPI

por um mês.

"Imagina que você já negociou com seu fornecedor um preço sem IPI, já firmou contrato, já está tudo financiado, tudo amarrado", diz Maria Andréia dos Santos, sócia do Sanmahe Advogados. As empresas já se prepararam para operar sem o IPI a partir de janeiro, acrescenta.

Outra perda de arrecadação poderá ocorrer na tributação sobre combustíveis, diz Ângelo de Angelis, sócio da ACF Consultores. As alíquotas da CBS foram publicadas no dia 8 de outubro, afirma. "Então, elas só terão validade a partir do dia 8 de janeiro", diz, referindo-se à noventena que precisa ser observada. Ele questiona como ficará a tributação nos primeiros dias do ano.

Entre as pendências, também está o funcionamento da chamada apuração assistida, uma espécie de declaração pré-preenchida da CBS e do IBS, aponta Eduardo Szazi, sócio do escritório SBSA Advogados. Nesse sistema, a Receita vai apresentar os créditos e débitos do contribuinte, e ele terá 15 dias para validar o número. "Se não validar, o valor apurado pela Receita constituiria uma confissão de dívida", explica. "O que acontece é que não existe o procedimento de eu corrigir o saldo credor ou saldo devedor."

Interlocutores do governo afirmam, no entanto, que poderia haver uma solução provisória no início da reforma.

Szazi alerta também para o fato de as prefeituras não estarem todas preparadas para permitir a emissão de documentos fiscais com os novos **tributos**. "E não haverá nota alternativa para o contribuinte emitir", diz. "Isso criaria um problema para quem quer cumprir a sua obrigação fiscal, mas não conseguirá." Nesse caso, observa, a falta de investimento tecnológico é da prefeitura, não do contribuinte.

O especialista acrescenta que não há modelos de notas fiscais para locação imobiliária e contas de eletricidade, gás, energia elétrica e água. Todas essas despesas gerarão crédito tributário para a empresa adquirente, mas esse crédito não pode ser registrado sem a nota.

"A reforma colocou uma responsabilidade administrativa e tecnológica que o poder público não está preparado para dar conta", avalia Szazi. "Por isso, o poder público precisa ter a humildade de saber se é o caso de adiá-la, ou seja, ele tem que saber se consegue entregar tudo o que lhe cabe, porque o contribuinte está na expectativa."

Há outra grande questão não respondida no contencioso judicial, aponta Cardoso. Embora sejam **tributos** "gêmeos", a CBS é de competência federal, e o IBS, de Estados e municípios. Uma ação para, por exemplo, afastar uma incidência, precisa ser apresentada na Justiça Federal para a CBS e na Justiça estadual para o IBS. "Se no final tiver uma decisão definitiva favorável em um e desfavorável em outro, como é que eu ajo?", diz.

O tributarista considera que o teste do novo sistema previsto para este ano "na verdade não ocorreu", dados os atrasos. Diante disso, comenta, vários setores pedem que a fase de testes seja prorrogada para 2027. A expectativa é por uma sinalização de adiamento ou por soluções mais rápidas, para garantir a segurança jurídica.

O Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV) divulgou nota um dia depois do anúncio do TCU, pleiteando a postergação do início da cobrança do IBS e da CBS para 1o de janeiro de 2028, com a manutenção do período de testes em 2027. Antes, a União Nacional de Entidades do

Comércio e Serviços (Unecs) já defendia o adiamento por um ano. Outras associações também haviam se posicionado, como um grupo de 19 entidades do setor de tecnologia da informação, que pediu a harmonização de normas, interpretações, obrigações acessórias e procedimentos.

Outra ausência importante, na visão de Szazi, é o chamado Recolhimento pelo Adquirente (Rad), no qual uma empresa compradora recolhe o tributo devido por sua fornecedora. Isso se tornou necessário porque, no novo sistema, o crédito tributário é condicionado ao pagamento do imposto. Assim, para ter certeza de poder usufruir do crédito, a compradora recolhe tributo. "Só que esse procedimento não está pronto ainda", diz. Tampouco há um sistema pelo qual compradora e fornecedora dialogarão a fim de evitar recolhimento duplicado de **tributos**.

A lei, diz, prevê que enquanto esse sistema não estiver pronto é possível tomar crédito sem necessariamente ter garantia que o tributo foi pago na etapa anterior. "Mas é uma resposta provisória, paliativa."

Os especialistas esperam que muitas das dúvidas sejam respondidas pela versão 2.0 dos regulamentos da CBS e do IBS, prometidos para o início deste mês. Maria Andreia cita como exemplo a definição de construção civil, que ficou muito restrita e não abarca serviços como o fornecimento de partes pré-fabricadas de edificações ou terraplanagem. No caso de concessões e parcerias público-privadas, ainda não está claro se há ou não tributação do ativo financeiro,

que são valores que o Estado paga.

Além disso, acrescenta, não está pronto o Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB), que será uma espécie de "CPF dos imóveis". "Toda operação que disser respeito a bens imóveis, tanto construção como locação, vai ter que ter vinculação com o CIB, e os CIBs ainda não estão disponíveis", diz Maria Andreia.

A postergação da reforma, afirma ela, "interessa a todos, a todas as empresas, porque está todo mundo com um cenário de forte insegurança".

Nem mesmo o ex-secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, "pai" do novo sistema, descarta o adiamento. "Se tiver perspectiva de risco muito grande de problemas operacionais logo no começo do novo sistema, seria prudente estender o período de teste, que é de 2026, para 2027", disse em entrevista publicada pelo Valor na quinta-feira (29).

A interpretação mais comum é que o adiamento demandaria aprovar uma emenda à Constituição. É algo que, na visão de Appy, pode ser obtido por um governo que tem a força política de ter sido recentemente eleito. Existe uma interpretação alternativa pela qual o adiamento por alguns meses pode ser feito por lei complementar. Isso porque a Constituição diz que a CBS será cobrada em 2027, mas não especifica o dia 1 de janeiro.

Apesar de a possibilidade de postergar ter ganhado força entre setores do mercado, não há no governo, até agora, uma discussão institucional nesse sentido. Nos bastidores, porém, reconhece-se que setores favoráveis ao adiamento podem pressionar o Congresso para atrasar o cronograma de implementação.

As maiores preocupações estão concentradas em questões operacionais ainda pendentes, como a adaptação a novos documentos fiscais. O diagnóstico é que há atrasos, mas ainda existe espaço para buscar soluções administrativas que permitam a entrada em vigor do novo sistema sem prejudicar as empresas.

O receio é que eventual adiamento integral abra espaço para novas discussões no Congresso e leve a sucessivas postergações da reforma, diante das dificuldades de adaptação das empresas. Sem um cronograma efetivo de transição, por exemplo, a falta de preparo pode continuar sendo usada como argumento para novos adiamentos.

"O adiamento será necessário na parte operacional", diz Angelis. "Não da reforma em si, mas das regras de validação, do cumprimento das obrigações acessórias."

O Valor questionou a Receita sobre a publicação do regulamento 2.0 e a possibilidade de adiamento, mas não teve resposta até a conclusão desta edição.

Além de Flávio, seis deixam o Senado com ações e inquéritos no Supremo

HUGO HENUD GABRIEL BARROS

Sem mandato, parlamentares perdem proteções como restrição à prisão e a chance de a Casa suspender processos penais; casos incluem o Banco Master e fraudes no **INSS**

A fuga de Flávio Bolsonaro (PL) do País chama atenção para a situação de outros senadores que, assim como ele, deixarão o Congresso Nacional em janeiro de 2027 com pendências judiciais no Supremo Tribunal Federal (STF). Levantamento do Estadão mostra que seis dos 18 senadores que disputaram a reeleição e foram derrotados nas urnas têm investigações ou outros procedimentos em tramitação na Corte.

Entre eles estão Ciro Nogueira (PP-PI), investigado por suspeitas de atuar em favor do Banco Master em troca de vantagens indevidas, e Weverton Rocha (PDT-MA), alvo de apurações sobre lavagem de dinheiro relacionada às fraudes no **INSS**. O levantamento reúne procedimentos de diferentes naturezas e estágios de tramitação, desde investigações criminais até queixas-crime e apurações sobre a destinação de emendas parlamentares.

Todos os parlamentares citados foram procurados pela reportagem. Mas nenhum deles respondeu.

O destino das investigações e ações penais após o fim dos mandatos depende das regras do chamado foro por prerrogativa de função, que atribui a determinados tribunais a competência para julgar autoridades em razão dos cargos que ocupam. No caso de deputados federais e senadores, cabe ao STF julgar crimes relacionados ao exercício de suas funções. Uma mudança de entendimento sobre o alcance dessa regra, em 2025, teve origem justamente no processo contra Zequinha Marinho (Podemos-PA), outro derrotado nas eleições.

SUSPEITAS. O parlamentar é réu por suspeita de exigir que funcionários de seu gabinete repassassem mensalmente 5% dos salários ao PSC, sob ameaça de exoneração. Aberto em 2013, quando era deputado federal, o caso passou por diferentes instâncias após Zequinha deixar a Câmara, assumir como vice-governador do Pará e, posteriormente, ser eleito senador. Na ocasião, Zequinha negou as acusações.

Em março de 2025, ao analisar um pedido da defesa do parlamentar, o STF decidiu, por sete votos a quatro, que o foro deve ser mantido mesmo após o fim do mandato quando os crimes investigados tiverem ocorrido durante o exercício do cargo e forem relacionados às funções desempenhadas. A regra foi aplicada ao próprio Zequinha, já que as acusações remontam ao período em que era deputado federal. Assim, a derrota nas urnas não provocará automaticamente a transferência das ações dos senadores à primeira instância.

CANDIDATO DERROTADO. Para o criminalista e coordenador de Direito da ESPM-SP Marcelo Crespo, será necessário avaliar se as suspeitas investigadas contra cada senador "possuem ligação com sua atuação parlamentar". É dessa análise que dependerá a definição sobre a permanência dos procedimentos criminais no Supremo ou seu encaminhamento a outra instância.

No caso de Flávio Bolsonaro, a discussão sobre os efeitos do fim do mandato ocorre em meio a medidas cautelares já impostas pelo STF. No último dia 26, o ministro Alexandre de Moraes determinou a apreensão de seus passaportes, proibiu sua saída do País e o impediu de manter contato com outros investigados. O senador descumpriu a ordem e deixou o Brasil. A PF cancelou seus passaportes brasileiros e passou a investigar as circunstâncias da fuga. As medidas foram determinadas em uma investigação sobre suspeitas de lavagem de dinheiro e evasão de divisas envolvendo o advogado Willer Tomaz, amigo de Flávio. O senador também é investigado pelo financiamento do filme Dark Horse, sobre a trajetória de Jair Bolsonaro.

Áudios revelados pelo Intercept Brasil mostram Flávio cobrando de Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, recursos para a produção. O parlamentar confirma ter buscado patrocínio privado, mas nega irregularidades.

OUTROS CASOS. Ciro Nogueira também é investigado por suspeitas de favorecer interesses do Banco Master em troca de vantagens indevidas. A PF aponta indícios de que o senador teria recebido pagamentos de Vorcaro, entre 2024 e 2025, por intermédio de empresas ligadas às famílias dos dois. Ciro nega as acusações.

Em outra frente, Weverton Rocha é investigado por suspeitas de lavagem de dinheiro relacionadas ao esquema de fraudes no **INSS**. O parlamentar nega irregularidades e sustenta que as movimentações financeiras investigadas decorrem de atividades profissionais e empresariais. Weverton também é investigado por suspeita de tentar interferir na investigação do assassinato de um empresário no Maranhão em 2022. Ele nega as acusações.

Além das investigações criminais, há senadores derrotados envolvidos em procedimentos relacionados à destinação de emendas parlamentares. Carlos Viana (PSD-MG) é citado em uma apuração sobre R$ 3,6 milhões destinados à Fundação Oásis, ligada à Igreja Batista da Lagoinha. O ministro Flávio Dino determinou uma auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU), com entrega prevista até dezembro, e deu à PF mais 60 dias para indicar eventuais diligências. Viana nega irregularidades.

O ex-ministro da Agricultura Carlos Fávaro (PSD-MT) também teve emendas indicadas submetidas a auditorias no âmbito de uma ação sob relatoria de Dino. A CGU identificou falhas de planejamento e transparência nas transferências a municípios de Mato Grosso, enquanto o Tribunal de Contas estadual apura suspeitas de superfaturamento em obras financiadas com recursos destinados a um município do Estado. O senador nega irregularidades nas emendas. Fávaro ainda foi alvo de um pedido de impeachment no STF feito pela oposição por supostamente deixar de responder a um requerimento da Câmara quando era ministro. O pedido está sob relatoria de Luiz Fux.

OUTRAS FRENTES. Há ainda disputas judiciais por declarações de parlamentares. O senador Renan Calheiros (MDB-AL) enfrenta ações apresentadas por seu adversário Arthur Lira (PP-AL), eleito senador. As queixas-crime envolvem declarações sobre supostas irregularidades no orçamento secreto e interferências na PF. Durante a campanha, Lira apresentou novas ações contra Renan.

A senadora Zenaide Maia (PSD-RN) é alvo de uma queixa-crime no Supremo por supostos crimes contra a honra. Uma advogada acusa a senadora e um comunicador de envolvimento em ataques nas redes sociais. Como possível indício, menciona um pagamento de R$ 5 mil ao comunicador.

Apesar das diferenças entre os casos, o fim do mandato terá uma consequência comum para os parlamentares, que deixarão de contar com proteções constitucionais vinculadas ao cargo, como as restrições à prisão de congressistas e a possibilidade de o Senado suspender o andamento de ações penais.

Para o professor de Direito do Insper Luiz Gomes Esteves, a perda do mandato enfraquece a proteção política dos senadores derrotados, já que medidas judiciais contra parlamentares no exercício do cargo podem desencadear reações corporativas no Congresso e acirrar as tensões com o Supremo. "De um lado, os senadores podem mobilizar processos de impeachment para reagir a eventuais investigações iniciadas pelo STF", afirma. Fora do Poder Legislativo, avalia Esteves, os parlamentares perdem parte da capacidade de mobilizar antigos colegas em sua defesa, o que tende a reduzir o custo político de decisões judiciais.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Vorcaro pronto para delatar - ELIANE CANTANHÊDE

ELIANE CANTANHÊDE

Da página A1 Depois das eleições e de duas tentativas fracassadas de delação premiada, a expectativa é que Daniel Vorcaro, do Banco Master, refaça sua estratégia e se disponha a contar, não o que lhe interessa, como tentou fazer, mas o que interessa à Polícia Federal e à verdade: fatos, nomes, locais, valores e o máximo de provas possíveis.

Uma coisa era Vorcaro abrir a boca sem saber quem seria presidente, outra é falar agora, depois da derrota do "irmão" Flávio Bolsonaro e da vitória de Lula para um quarto mandato. Ele pode, por exemplo, sentir-se livre para contar toda a história do Dark Horse. A começar de uma pergunta básica: a grana era mesmo para o filme?

Nesta semana que, de fato, começa na terça-feira, está no radar policial, jurídico e político um possível depoimento do pastor Fabiano Zettel, o faz-tudo (e o sabe-tudo) do cunhado Vorcaro. Todas as atenções estão voltadas para saber se será o início da nova estratégia do próprio Vorcaro.

Se o resultado da eleição abre caminho para Vorcaro entregar Flávio, pode não ser suficiente para que ele dê os detalhes mais sórdidos de suas relações financeiras, de amizade e de orgias com ministros do Supremo.

Flávio perde poder, mas os ministros continuam lá, pelo menos por ora.

Vorcaro é fator central na tensa relação entre Congresso e ministros do STF, sobretudo os mais enrolados com Vorcaro: Alexandre de Moraes, Cássio Nunes Marques e Dias Toffoli. Um é considerado "lulista", o outro, bolsonarista, e o terceiro oscilou de um lado para o outro e não tem apoio de nenhum dos dois.

A percepção em Brasília é de que é muito difícil que todos os três escapem totalmente ilesos depois das provas reunidas pela PF e já públicas. Mas eles vão lutar com todas as suas armas e, entre elas, estão suas conexões com o próprio Congresso.

Principal alvo do Senado, Moraes é não só amigo de Davi Alcolumbre, que está em campanha para se reeleger presidente da casa legislativa, como tem uma boa moeda de troca com o PL e seus aliados: o futuro de Jair, Flávio e Eduardo Bolsonaro passa pelo STF. Logo, tudo é muito intrincado.

Sem contar exemplos como dois senadores. Ciro Nogueira, ex-chefe da Casa Civil de Bolsonaro, é enrolado com Vorcaro, e Weverton Rocha, ex-vice-líder do governo Lula e amigo de Flávio, é suspeito de lavagem de dinheiro do escândalo do **INSS**.

O ano de 2027 vai chegando num clima de "ou salvem-se todos, ou não se salva ninguém", com muito silêncio em público, mas muitas conversas nos bastidores e todos os lados sabendo que Vorcaro é uma bomba capaz de explodir qualquer tipo de acordo.

JORNALISTA

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Flávio tenta tirar Moraes de caso envolvendo Willer

MARIANA MUNIZ mariana.muniz@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Petições enviadas ao presidente do STF, Edson Fachin, e ao próprio relator da ação pedem que Mendonça assuma a condução

Da página 1 A defesa do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que o ministro André Mendonça assuma, no lugar de Alexandre de Moraes, a relatoria da investigação que apura suspeitas de lavagem de dinheiro envolvendo o parlamentar e o advogado Willer Tomaz. Os advogados de Flávio também solicitaram a revogação de medidas cautelares, como a proibição de manter contato com Willer e a determinação de entrega de seus passaportes.

Os pedidos foram apresentados em três petições na sexta-feira. Duas foram encaminhadas ao presidente do STF, Edson Fachin, e questionam a permanência de Moraes na condução do inquérito. A terceira, dirigida ao próprio relator, pede a revisão das restrições impostas a Flávio na semana passada.

CONEXÃO E "PREVENÇÃO"

A defesa sustenta que Mendonça já conduz outros procedimentos relacionados a Willer, no âmbito da Operação Sem Desconto, que apura a utilização de uma rede de empresas do advogado para uma suposta lavagem de dinheiro no esquema de fraudes no **INSS**. Os advogados de Flávio dizem que há conexão entre esses procedimentos, e que Mendonça, portanto, deveria assumir o caso atual.

"Todos os elementos dos autos convergem para a prevenção do Exmo. Ministro André Mendonça", diz a defesa de Flávio na petição.

Em outra frente, os advogados do senador do PL pediram que Moraes seja declarado impedido ou, alternativamente, suspeito para continuar à frente do caso.

O argumento é que a investigação envolve uma empresa de Willer proprietária de cotas de uma aeronave utilizada por Flávio. O mesmo avião, um jato Legacy de matrícula PP-NLR, também foi utilizado por Moraes no contexto do contrato firmado pelo Banco Master, de Daniel Vorcaro, com o escritório da esposa do ministro do STF. Para os advogados de Flávio, há um possível conflito de interesses para Moraes no caso.

Além de tentar retirar Moraes da condução do inquérito, a defesa busca reverter as medidas cautelares impostas ao senador, como o cancelamento de seus passaportes. Os advogados contestam os fundamentos das restrições e afirmam que elementos trazidos pela Polícia Federal não demonstram participação de Flávio em atividades ilícitas.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Supremo deve julgar cobrança de adicional de 1% da Cofins-Importação

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve analisar a legislação que instituiu o adicional de 1% da Cofins-Importação e se deve ser aplicado ao caso a anterioridade nonagesimal - que impede a cobrança de tributo antes de decorridos 90 dias da data de publicação da lei que o criou ou aumentou. Os ministros formaram, no Plenário Virtual, maioria para reconhecer a repercussão geral do tema.

Com o julgamento, a tese definida terá que ser seguida pelas instâncias inferiores, onde há decisões divergentes, como afirmou em seu voto o relator do caso no Supremo, o ministro Edson Fachin. A análise sobre a repercussão geral do tema termina à meia-noite desta terça-feira.

O adicional foi instituído pela Lei nº 10.865, de 2004, e revogado pela Medida Provisória (MP) nº 774, de 2017. Na sequência, antes que essa MP fosse apreciada pelo Congresso Nacional, a MP 794, do mesmo ano, revogou a anterior e voltou a prever o adicional. Nenhuma das duas foi convertida em lei.

Agora, os ministros vão decidir se a revogação da MP 774 autoriza a retomada da exigibilidade do adicional de 1% da Cofins-Importação prevista na Lei nº 10.865, de 2004. E se entenderam que é possível retomar a cobrança, devem analisar se precisa ser seguido o prazo de 90 dias exigidos para cobrança de novos **tributos**.

O tema chegou ao STF em recurso apresentado para tentar reformar decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3). A Corte considerou que a Cofins tem natureza tributária mas não é imposto, por isso é viável que seja prevista sua incidência por meio de legislação ordinária. A noventena foi considerada inaplicável. Pela decisão, a perda de vigência da MP 794 não restaura a MP 774.

No voto para reconhecimento da repercussão geral, Fachin afirma que o tribunal vem formando jurisprudência sobre o assunto a partir de julgamentos em turma, sem que o tema tenha sido submetido ao Plenário em repercussão geral (RE 1538549).

Decisão de 2023 da 2ª Turma considerou que a medida provisória não convertida em lei não revoga a legislação anterior, limitandose a suspender temporariamente a sua eficácia, em razão de seu caráter "transitório e precário". Então, quando rejeitada a medida provisória, de forma expressa ou tácita, restaura-se a eficácia da lei que estava suspensa (RE 1389434).

No mesmo ano, a 1ª Turma decidiu que a retomada da cobrança decorrente da publicação da Medida Provisória nº 794, de 2017, dispensa a noventena. O colegiado considerou que a perda de eficácia da medida provisória só restabelece a eficácia da legislação antes vigente, sem instituição ou majoração de tributo (RE 1395472).

Segundo Fachin, o STF tem convergido quanto à premissa de que a medida provisória não convertida em lei apenas suspende a eficácia da lei anterior e que os julgados têm afastado a noventena na retomada da cobrança. Mas, paralelamente, primeira e segunda instâncias continuam a decidir em sentido diverso. O ministro considera que esse cenário exige que a questão seja submetida ao Plenário do STF para uniformização da matéria.

"A submissão do tema ao Plenário justifica-se, em primeiro lugar, pela complexidade da questão constitucional", afirma Fachin, em seu voto. De acordo com o ministro, a própria Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em pareceres (PGFN/CAT nº 2107/2017 e nº 46/2018), concluiu pela necessidade de observância da anterioridade nonagesimal, de modo que o adicional só poderia ser exigido a partir de 7 de novembro de 2017, e pela inexigibilidade da cobrança nos dias 7 e 08 de dezembro de 2017, entendimento distinto do que vem prevalecendo no Supremo.

Ainda segundo Fachin, a decisão a ser proferida terá reflexos além do caso concreto e a controvérsia envolve direitos e valores constitucionais relevantes. Para o relator, de um lado, estão em jogo a segurança jurídica e a proteção da confiança do contribuinte e, de outro, o financiamento da **seguridade social**, ao qual se destina a Cofins-Importação.

Segundo Renato Ramalho, sócio do Heleno Torres Advogados, um dos pontos centrais é a aplicação da anterioridade nonagesimal. "O STF definirá se a retomada da eficácia de uma lei anteriormente vigente

não configura nova instituição ou majoração tributária,

dispensando esse prazo", afirma.

O advogado destaca que os efeitos econômicos da futura decisão concentram-se nas importações realizadas durante os períodos controvertidos de 2017, com possíveis repercussões sobre cobranças fiscais e pedidos de restituição ou compensação formulados pelos contribuintes. Além do caso concreto, acredita que o julgamento poderá estabelecer parâmetros relevantes sobre os efeitos da edição e da perda de eficácia de medidas provisórias em matéria tributária.

PGR envia nesta semana ao STF parecer pelo encerramento do inquérito das fake news

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, envia nesta semana ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, um parecer pelo fim do inquérito das fake news. Aberto em 2019, o chamado inquérito-mãe e outros 103 procedimentos ficaram sob a relatoria de Alexandre de Moraes até setembro, quando foram assumidos por Fachin, em meio à crise que se abateu sobre o tribunal com a revelação das mensagens e contratos de Moraes com o banqueiro Daniel Vorcaro.

Desde então, Fachin já arquivou oito dos 103 procedimentos relacionados ao chamado inquérito-mãe, o 4781. Os arquivamentos fazem parte do trabalho de "saneamento", como vem sendo chamado esse esforço na presidência do STF.

Fachin encaminhou o inquérito para a manifestação da PGR, e o prazo venceu na quinta-feira (29). De acordo com fontes a par do assunto, o parecer está pronto e vai ser pelo encerramento. O argumento para justificar o fim do inquérito será o de que ele já cumpriu seu objetivo, que não há novos fatos a serem investigados sob o seu escopo e que todas as investigações que eram necessárias já estão sendo feitas em inquéritos específicos.

O parecer é mais uma etapa a ser cumprida para que Fachin encerre definitivamente o inquérito das fake news, o que ele anunciou que faria como resposta à crise institucional na qual o Supremo mergulhou a partir do caso do Banco Master, do qual Alexandre de Moraes é um dos protagonistas.

O inquérito se tornou símbolo dos excessos praticados por Moraes, acusado de utilizar as investigações para perseguir críticos do Supremo e intimidar adversários.

No auge do escândalo, em 9 setembro, Moraes tentou incluir André Mendonça nesse inquérito, utilizando relatórios apócrifos da Polícia Federal para acusar o colega de direcionar politicamente as investigações sobre o banco de Daniel Vorcaro e o esquema de desvio de aposentadorias do **INSS** para perseguir integrantes do governo Lula e poupar bolsonaristas.

A PGR se posicionou contra o pedido de Moraes de investigar Mendonça, mas o caso ainda aguarda um desfecho do plenário.

Como mostramos no blog, Fachin decidiu manter as decisões tomadas por Moraes no âmbito do inquérito das fake news desde sua instalação, em 2019, até ele assumir a relatoria em setembro deste ano, incluindo as atribuições de sigilo e as ações penais nas quais a denúncia já tenha sido recebida.

Após o relatório da PGR, tendência é o presidente do STF encerrar o caso. Os outros procedimentos derivados do inquérito das fake news vão ser avaliados um a um e terão destinações próprias a depender do caso em questão.

"A Presidência do STF vem examinando quais procedimentos já dispõem de elementos suficientes para decisão e quais ainda dependem de providências complementares, consideradas as diligências realizadas e, quando necessário, o encaminhamento à autoridade policial e à Procuradoria-Geral da República", afirmou o presidente da Corte.

"Nos termos da Portaria nº 189, concluída essa análise, os procedimentos deverão seguir para a autoridade policial e, posteriormente, para a Procuradoria-Geral da República, a quem caberá avaliar as providências pertinentes, inclusive eventual oferecimento de denúncia ou pedido de arquivamento, conforme o caso", prosseguiu Fachin.

Site: https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2026/11/pgr-envia-nesta-semana-ao-stf-parecer-pelo-encerramento-do-inquerito-das-fake-news.ghtml

Fachin deve negar pedido de Flávio Bolsonaro para afastar Moraes de investigação no STF

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, deve rejeitar os pedidos da defesa do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) para afastar Alexandre de Moraes da investigação que apura suspeitas de lavagem de dinheiro envolvendo o parlamentar e o advogado Willer Tomaz. A avaliação é que há precedentes que dão respaldo à manutenção de Moraes na relatoria do caso e que os argumentos apresentados pelos advogados não seriam suficientes para justificar seu afastamento.

A expectativa entre integrantes do tribunal é que Fachin mantenha a atual distribuição do inquérito, apesar da tentativa da defesa de transferir o processo para o ministro André Mendonça. Os advogados também pediram que Moraes seja declarado impedido ou suspeito de atuar no caso, sob a alegação de um possível conflito de interesses.

A leitura de auxiliares da Corte é que o Supremo tem adotado uma postura restritiva em relação a pedidos de afastamento de ministros de processos sob sua responsabilidade, exigindo a demonstração de circunstâncias concretas que justifiquem o impedimento ou a suspeição.

O próprio Fachin rejeitou, em outubro, um pedido apresentado pela defesa de Flávio para declarar o ministro Flávio Dino suspeito de atuar em processos relacionados ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), às eleições e ao senador. Na ocasião, os advogados alegaram que a relação de proximidade entre Dino e Lula comprometeria a imparcialidade do magistrado. O presidente do STF negou seguimento à solicitação.

Em outro precedente, de março de 2025, o plenário do Supremo rejeitou pedidos da defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro para afastar Moraes, Dino e Cristiano Zanin do julgamento da tentativa de golpe de Estado. No caso de Moraes, os advogados sustentavam que o ministro não poderia conduzir o processo por figurar entre os possíveis alvos do plano golpista. A maioria da Corte, porém, não identificou motivos legais para seu impedimento.

A resistência a esse tipo de solicitação também aparece nos números. Em fevereiro de 2024, o então presidente do STF, Luís Roberto Barroso, rejeitou de uma só vez 192 pedidos de suspeição e impedimento de Moraes relacionados aos processos dos atos de 8 de janeiro. Na ocasião, Barroso ressaltou que o afastamento de um magistrado exige a demonstração objetiva e específica das hipóteses previstas em lei.

Embora os precedentes tratem principalmente de pedidos de impedimento e suspeição, integrantes do Supremo também não veem, neste momento, elementos suficientes para justificar a redistribuição do inquérito a Mendonça. A discussão sobre a relatoria envolve regras de prevenção e conexão entre investigações, distintas das hipóteses legais de afastamento de um magistrado.

A defesa de Flávio Bolsonaro apresentou três petições ao Supremo na sexta-feira. Em duas delas, encaminhadas a Fachin, os advogados pedem a transferência da relatoria para Mendonça e o reconhecimento do impedimento ou da suspeição de Moraes. Em uma terceira, dirigida ao próprio relator, solicitam a revogação das medidas cautelares impostas ao senador, incluindo a proibição de manter contato com Willer Tomaz e a determinação de entrega de seus passaportes.

Para defender a mudança de relatoria, os advogados argumentam que Mendonça já conduz investigações relacionadas a Willer no âmbito da Operação Sem Desconto, que apura fraudes em descontos associativos de aposentados e pensionistas do **INSS**. Segundo a defesa, haveria conexão entre os procedimentos, o que tornaria Mendonça prevento para analisar o caso.

Já o pedido de afastamento de Moraes se baseia na alegação de um possível conflito de interesses. Os advogados sustentam que a investigação envolve uma empresa proprietária de uma aeronave utilizada pelo ministro e que teria vínculos com o empresário Daniel Vorcaro, dono do Banco Master.

A defesa também aponta supostas relações entre a empresa proprietária da aeronave e o escritório de advocacia de Viviane Barci de Moraes, esposa do

ministro. Para os advogados, essas circunstâncias justificariam seu afastamento da investigação para preservar a imparcialidade do processo.

Site:
https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2026/11/03/fachin-deve-negar-pedido-de-flavio-bolsonaro-para-afastar-moraes-de-investigacao-no-stf.ghtml

Crise do Master e recurso de Bolsonaro: o que STF deve julgar ainda em 2026

Nino Guimarães

Com dois meses até o recesso, o STF (Supremo Tribunal Federal) deve terminar o ano com os julgamentos do relatório sobre Alexandre de Moraes no caso Master, o pedido de investigação contra André Mendonça e a revisão criminal de Bolsonaro.

O fim das eleições abre espaço para que o presidente do tribunal, Luiz Edson Fachin, volte a pautar temas sensíveis politicamente. Entre eles, o ministro aguarda um relatório da Polícia Federal que traz uma descrição das menções a integrantes da corte no celular do fundador do Master, Daniel Vorcaro.

Fachin aguarda a PF encaminhar o documento, que deve citar os ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Kassio Nunes Marques, André Mendonça, Luiz Fux e Gilmar Mendes.

Desde 12 de setembro, as apurações relacionadas ao Master não têm avançado no Supremo depois que um relatório da PF identificou conversas entre Vorcaro e o ministro Alexandre de Moraes. O caso foi paralisado com um pedido de vista do ministro Flávio Dino, que deve durar até 16 de dezembro - o Regimento Interno do STF autoriza a liberação do processo para o julgamento depois do prazo de 90 dias.

Em relação ao caso Moraes, há dois processos paralelos que também devem ter desdobramentos antes do recesso, como o pedido de investigação contra o ministro André Mendonça e a decisão que afastava o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, do cargo.

Também se espera que seja liberada para a análise do colegiado a revisão criminal do ex-presidente Jair Bolsonaro , que cumpre pena por golpe de Estado. O recurso está sob a relatoria do ministro Kassio Nunes Marques, que já pediu uma manifestação da PGR (Procuradoria-Geral da República) sobre o pedido para revogar a condenação.

Veja os principais casos que deverão retornar ao plenário até o final do ano:

Conforme apurou o UOL, o ministro Fachin espera ainda o envio de um relatório da Polícia Federal contendo uma descrição de todos os ministros citados no celular de Vorcaro. O objetivo é que, depois de parecer da PGR sobre os fatos, o plenário delibere de forma unificada qual tratamento dará para as menções.

Por enquanto, há apenas um procedimento relacionado a Moraes. No dia 1º de setembro, Mendonça liberou o sigilo de relatório da PF que identificava o colega como interlocutor de Vorcaro. A PGR já se manifestou pela nulidade do relatório, alegando...

Em 15 de setembro, o plenário começou a discutir se julgaria o caso em conjunto com o pedido de Moraes para investigar Mendonça por abuso de autoridade.

Logo depois de ser alvo de relatório da PF, o ministro Alexandre de Moraes apresentou um pedido para investigar Mendonça por abuso de autoridade e improbidade administrativa. Citando relatório de inteligência sem assinatura da PF, Moraes afirmou que o colega atuou com objetivos "políticos" na condução dos inquéritos sobre as fraudes do Banco Master e do **INSS**.

O pedido contra Mendonça foi formulado no dia 3 de setembro. Inicialmente, o caso iria para o plenário no dia 23 de setembro, mas foi retirado da pauta enquanto não fosse devolvido o pedido de vista de Dino na questão de ordem para analisar o pedido de investigação junto com o caso Moraes-Vorcaro.

A PGR se manifestou em 19 de outubro para que não fosse aberta investigação contra Mendonça por entender que o relatório citado na decisão de Moraes não possui validade como prova.

Há também uma ação sob a relatoria do presidente do STF para julgar se valida ou não a decisão de Mendonça que afastava Andrei Rodrigues da PF. Segundo Mendonça, Rodrigues utilizou uma "aparagem institucional" para "espioná-lo" nos relatórios de inteligência citados por Moraes.

A PGR já se manifestou para manter o chefe da PF no cargo por entender que a atribuição da escolha é de exclusividade do presidente da República. Além disso, o órgão sustenta que os relatórios de inteligência eram documentos internos que só foram enviados por ordem de Moraes.

A suspensão da liminar já recebeu as manifestações das partes, inclusive Mendonça, e deverá ser julgada pelo plenário. Até o momento, Andrei segue na chefia da corporação com base na liminar de Fachin.

Também deverá ser analisada até o final do ano uma revisão criminal apresentada pela defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro. O recurso é julgado apenas pelos ministros que não participaram do julgamento da 1ª Turma, em 11 de setembro de 2025. Com isso, os ministros aptos para analisar o processo são: Kassio Nunes Marques (relator), Luiz Edson Fachin (presidente), Gilmar Mendes, Dias Toffoli e André Mendonça.

Nunes Marques pediu, no dia 28 de outubro, que a PGR se manifestasse sobre o pedido de revisão criminal de Bolsonaro. Na prática, o recurso permite revisar a condenação depois do trânsito em julgado. Os ministros poderão analisar eventual ilegalidade na condenação ou reapreciar a condenação.

Site: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2026/11/03/crise-do-master-e-recurso-de-bolsonaro-o-que-o-stf-deve-julgar-ate-recesso.htm

Ex-secretário assegura: texto "evoluiu muito"

» RENATO SOUZA

O Senado deve votar hoje a Proposta de Emenda à Constituição que altera profundamente a organização da segurança pública no país, endurecendo o tratamento às organizações criminosas e às milícias, além de ampliar a participação do governo federal no setor. Em entrevista ao CB.Poder - uma parceria entre o Correio e a TV Brasília -, o delegado federal Sandro Avelar, ex-secretário da Segurança Pública do Distrito Federal, destaca que o texto evoluiu bastante nos últimos meses. Ele defende a aprovação da medida, ressaltando a importância de preservar a participação dos estados, para combater a criminalidade no país.

Segundo Sandro, a proposta inicial, enviada ao Congresso pelo governo federal, tinha muitos problemas, por não ter sido discutida com os governos estaduais e do DF. No entanto, ele afirma que esses erros foram sendo resolvidos ao longo da tramitação da proposta no parlamento.

"Houve uma grande evolução desde a apresentação da primeira proposta. A primeira versão não foi discutida com os estados e houve muita crítica. A proposta tinha alguns aspectos positivos, como a constitucionalização do Susp (Sistema Único de Segurança Pública), que foi mantido pelo Congresso, e a constitucionalização dos fundos de segurança pública e do fundo do sistema penitenciário, que não poderiam ser contingenciados, disse ele.

Segundo Sandro, o texto "dava ao governo federal a possibilidade de assumir a segurança sem participação dos estados. Pedimos para deixar claro que as polícias militares e civis continuariam subordinadas aos governadores e isso foi atendido. Dos 27 estados, 26 » RENATO SOUZA Para Sandro, Ministério da Segurança deve ter um especialista à frente Mariana Campos/CB/D.A Press endossaram a PEC, como sendo a proposta destes 26 governadores".

Na conversa com os jornalistas Mila Ferreira e Marcelo Agner, o ex-secretário destacou que o país precisa enfrentar o crime organizado para reduzir os índices criminais. Na visão dele, isso deve ser feito com a integração das forças policiais. "Há um avanço (na PEC) por várias razões. Uma delas é o enfrentamento direto ao crime organizado, com a mudança da legislação penal e processual penal em relação aos que estão envolvidos no crime organizado e milícias. Ela prevê que as polícias possam trabalhar conjuntamente nas esferas da União, dos estados e dos municípios", destacou.

Financiamento Sandro destacou que é importante pensar em como a segurança pública será financiada. Ele lembrou que havia uma possibilidade de parte dos **impostos** arrecadados com bets serem usados para este fim. No entanto, com a proibição das casas de apostas, ele lembra que outras alternativas precisam ser pensadas. Uma das ideias ventiladas é o chamado imposto do pecado, previsto na **Reforma Tributária** e que aumenta a aplicação de alíquotas sobre produtos nocivos - como cigarro e bebidas.

Uma das promessas de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é a recriação do Ministério da Segurança Pública. A pasta chegou a existir no governo do ex- -presidente Michel **Temer**, período em que o Brasil observou o maior tombo das mortes violentas no país dos últimos 50 anos. Mas, nos governos seguintes, de Jair Bolsonaro e o atual, foi extinta e as atribuições repassadas ao Ministério da Justiça.

"Temos que acabar com essa ideia de que alguém que não é ligado à segurança pública tenha capacidade de cuidar desta área tanto quanto uma pessoa que é. Essa é a maior preocupação do brasileiro no âmbito do governo federal. Essa área é como se fosse um puxadinho do Ministério da Justiça. Isso é um erro grosseiro, que foi corrigido no governo **Temer**. O Raul Jungmann fez um grande trabalho. É lamentável que na mudança de governo tenham acabado com isso", criticou.

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/10/03/all.pdf

Com piora de cenário pós-eleição, cresce aposta de Selic estacionada

"A função de reação ainda é compatível com um corte junto de um discurso cauteloso, destacando riscos" Natalie Victal "O dólar foi de R$ 5 a R$ 5,40. Isso, em termos de dinâmica de **inflação**, é importante e cria um novo desafio ao BC" Flávio Serrano

O choque nos mercados domésticos após o segundo turno da eleição presidencial fechou a janela para cortes adicionais na taxa básica de juros, a Selic. Ao menos é essa a projeção feita pela maior parte dos economistas ouvidos pelo Valor.

Por trás da mudança abrupta de cenário estão a leitura de que haverá uma deterioração aguda das expectativas de **inflação** de médio e longo prazos; uma **inflação** corrente mais persistente, sob efeito do El Niño, do fim da escala de trabalho 6x1, da **reforma tributária** e do possível encerramento do subsídio aos combustíveis; e a visão sobre o Banco Central (BC) como a última âncora para os agentes econômicos diante da piora na percepção de risco fiscal.

De 105 casas entrevistadas na última semana, 72 esperam que o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC mantenha a Selic parada em 13,75%, enquanto 33 projetam ao menos mais um corte de 0,25 ponto percentual no juro básico. Houve, portanto, uma mudança relevante de expectativas, já que, em setembro, a maior parte do mercado projetava a continuidade do ciclo de flexibilização monetária.

Além disso, na pesquisa conduzida pelo Valor, outros dois movimentos reforçam a sensação de um mercado mais arisco e que leva em conta uma piora na percepção de risco: houve um aumento das expectativas de **inflação**, ao mesmo tempo em que a trajetória de juros também passou a contemplar uma Selic mais alta.

Nos números projetados pelos agentes para o fim de 2027, a **inflação** passou de 4,3% na pesquisa em setembro para 4,6% agora, enquanto a mediana das estimativas para a Selic avançou de 12,00% para 12,50%.

Vale ressaltar, ainda, que diversos players importantes na

Faria Lima passaram a projetar um cenário ainda mais conservador em relação à política monetária, com estimativas de Selic estacionada em 13,75% pelo menos até o fim do próximo ano. São os casos dos bancos Itaú Unibanco, BTG Pactual e Morgan Stanley e das gestoras de recursos Genoa Capital, Legacy Capital e XP Asset Management.

"O cenário se tornou mais adverso, refletindo o aumento das pressões inflacionárias domésticas, o risco de deterioração adicional das expectativas e um cenário externo mais desafiador, com ciclos de aperto de juros em economias desenvolvidas e alta de preços de petróleo", avalia a equipe de economistas do Itaú, liderada pelo ex-diretor do BC Diogo Guillen. O enfraquecimento da atividade econômica, para o Itaú, é o fator que ajuda a limitar, por ora, a necessidade de um novo aperto das condições monetárias.

Um grupo minoritário de casas, porém, já começa a dar as caras e vê chances de um aumento dos juros no próximo ano. Por enquanto, somente quatro instituições pesquisadas trabalham com esse cenário-base: Terra Investimentos, Oby Capital, Travelex Bank e Paraná Banco.

Entre os que defendem a interrupção dos cortes na reunião do Copom nesta semana, o economista-chefe do Citi Brasil, Leonardo Porto, avalia que as pressões externas e domésticas tornaram ainda mais difícil a tarefa do BC. O banco já esperava estabilidade da Selic antes da eleição, ao ver uma deterioração gradual do cenário econômico - algo reforçado com a valorização do petróleo, a depreciação cambial e o risco de uma nova desancoragem das expectativas. "Não tem muita dúvida de que o BC não tem mais espaço."

De acordo com Porto, a mudança do câmbio de cerca de R$ 5,15 por dólar na última reunião para R$ 5,40 representa uma pressão adicional de aproximadamente 0,4 ponto sobre a **inflação**, pelos parâmetros de repasse ("pass through") utilizados pela autoridade monetária. A disparada dos juros globais e o aumento do prêmio de risco brasileiro também tendem a elevar a taxa de juros neutra, o que exigiria uma Selic maior para preservar o grau de restrição monetária.

Na comunicação, Porto espera projeções de **inflação** mais altas e a manutenção do balanço de riscos assimétrico, para alta. "É bastante razoável que o BC

permaneça no modo dependente de dados, sem utilizar um "forward guidance" [sinalização sobre os próximos passos]. Nesse sentido, não é razoável que ele anuncie uma pausa por um período prolongado. Mas, de forma inequívoca, o BC tem de reconhecer que o cenário inflacionário piorou em relação ao da última reunião em várias frentes", enfatiza.

A divergência entre alguns economistas está, sobretudo, no espaço para um último corte. A economista-chefe da SulAmérica Investimentos, Natalie Victal, projeta uma redução de 0,25 ponto nesta semana e uma pausa na reunião de dezembro, embora com convicção menor que de costume. Salvo uma mudança muito brusca nas expectativas do boletim Focus e uma depreciação adicional relevante do real, ela ainda vê condições para levar a Selic a 13,50%.

"A função de reação ainda é compatível com um corte junto de um discurso cauteloso, destacando riscos e preocupação com o movimento das expectativas, deixando os próximos passos atrelados à evolução do cenário", diz. Mesmo com a pausa prevista em seu cenário, Victal não espera uma indicação clara de interrupção dos cortes no **comunicado**.

"Tendo a achar que, neste momento, o Copom prefere emular outros bancos centrais ao redor do mundo que estão no modo "dependente dos dados". Obviamente, isso vai depender muito de como estará o ambiente do mercado até quarta-feira." Para o fim de 2027, a SulAmérica projeta a Selic em 12,25%, com risco de alta, especialmente se houver uma desancoragem adicional das expectativas.

O mercado de opções digitais de Copom capturou de forma expressiva a mudança no sentimento do mercado com o resultado das eleições presidenciais. No fechamento dos negócios da última sexta-feira, o mercado indicava 68% de chance de manutenção dos juros nesta semana, contra 29% de probabilidade de uma redução de 0,25 ponto - uma precificação similar aos níveis do levantamento do Valor.

No Bmg, a mudança dos preços de mercado já foi suficiente para antecipar a pausa. O economista-chefe do banco, Flávio Serrano, esperava um corte nesta semana, estabilidade em dezembro e novas reduções por volta de março de 2027. "O dólar foi, basicamente, de R$ 5 a R$ 5,40. Isso, em termos de dinâmica de **inflação**, é importante, pois afeta os preços comercializáveis e cria um novo desafio ao BC", diz.

Embora agora espere estabilidade em 13,75%, Serrano não considera que um corte acompanhado de comunicação mais conservadora comprometeria a credibilidade do BC. "Não acho que isso arranharia [a credibilidade]. O que não dá é seguir com o processo de flexibilização dado esse cenário", avalia. A pausa imediata, por outro lado, poderia fortalecer a imagem da autoridade monetária.

Para 2027, o Bmg projeta a Selic em 12,75%, mas a confiança nessa estimativa é "menor que o usual", de acordo com Serrano. Os efeitos do El Niño, as incertezas fiscais e possíveis reajustes dos combustíveis, caso o barril de petróleo permaneça acima de US$ 100, dificultam a avaliação sobre o espaço para uma retomada dos cortes.

Esses riscos também sustentam a expectativa de juros estáveis na GEP Brasil. A economistachefe da casa, Tânia Gofredo, afirma que, antes da eleição, trabalhava com um cenário mais favorável aos cortes. Agora, as dúvidas sobre a sustentabilidade da dívida pública e o cumprimento da meta fiscal se somam às pressões do petróleo e do El Niño, o que exige uma postura conservadora do BC também em 2027.

Gofredo destaca a incerteza sobre os subsídios aos combustíveis, que o governo pode tentar preservar por algum tempo. "Mas não vemos espaço para segurar por muito tempo", afirma. Para a economista da GEP Brasil Isadora Araújo, a virada do câmbio e a alta da curva de juros também exigem cautela. "Se o BC apostar contra o prêmio que o mercado pede, seria comprar uma briga contraproducente."

O único contrapeso para o cenário de pressões inflacionárias observado pela casa seria a desaceleração da atividade econômica, que tem mostrado fraqueza adicional nos dados recentes. Esse enfraquecimento, na visão das economistas da GEP Brasil, poderia abrir espaço para algum corte em 2027, ainda que haja incerteza relevante até lá. Para a reunião desta semana, porém, as economistas veem uma preocupação adicional do BC com a reprecificação dos juros e da **inflação** e uma ênfase na influência da política fiscal sobre as condições para a flexibilização monetária.

Simples Nacional: prazo para cancelar opções de IBS e CBS começa nesta terça

Por Rayane Moura, g1 - São Paulo

O prazo para micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional cancelarem as escolhas sobre o pagamento do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), criados pela **reforma tributária**, começa nesta terça-feira (3).

Até 20 de dezembro, os empreendedores poderão desistir tanto do Simples Nacional quanto da opção pelo regime regular dos dois **tributos**. O cancelamento é irretratável.

As empresas podem recolher o IBS e a CBS na guia única do Simples Nacional ou separadamente, pelo regime regular. Mesmo nessa segunda opção, continuam no Simples para o pagamento dos demais **tributos**.

O prazo para micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional cancelarem as escolhas feitas em relação ao pagamento dos dois **tributos** criados pela **reforma tributária** começa nesta terça-feira (3): o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

Até 20 de dezembro, os empreendedores poderão cancelar tanto a opção pelo Simples Nacional quanto a escolha pelo regime regular de IBS e CBS. Segundo as regras divulgadas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), o cancelamento é irretratável, ou seja, não poderá ser desfeito.

??? Tem alguma sugestão de reportagem? Mande para o g1

Pelas novas regras, as empresas poderão escolher entre recolher os dois **tributos** em uma guia única do Simples Nacional ou optar pelo chamado regime regular, em que o cálculo e o pagamento do IBS e da CBS são feitos separadamente. (veja os prazos)

Optar pelo regime regular para IBS e CBS não significa deixar o Simples Nacional. A empresa continuará no regime simplificado para o pagamento dos demais **tributos**.

O calendário de adesão ao Simples Nacional também passou por mudanças. As empresas que pretendem entrar no regime em 2027 tiveram até 15 de outubro para apresentar o pedido. Se a solicitação for aprovada, a adesão valerá a partir de 1º de janeiro do próximo ano. (saiba mais aqui)

As empresas que já fazem parte do Simples Nacional continuarão no regime automaticamente, desde que não tenham sido excluídas. Nesse caso, não será necessário apresentar um novo pedido de adesão.

Abaixo, entenda o que muda:

A opção terá validade por quanto tempo? O que muda na prática?Qual opção é mais vantajosa?O prazo para entrar no Simples também muda? Quais regras para novas empresas? O que são IBS e CBS?E o MEI?Outras mudanças no Simples Nacional

A opção terá validade por quanto tempo?

A escolha sobre como pagar IBS e CBS feita em outubro valerá por seis meses, de janeiro a junho de 2027. Entre 1º e 31 de março de 2027, as empresas poderão fazer uma nova escolha para o segundo semestre do ano.

Quem optar pelo regime regular em setembro poderá cancelar a decisão até 30 de novembro de 2026. Para as escolhas realizadas em março de 2027, o cancelamento poderá ser feito até 31 de maio.

Quem optar pelo regime regular em outubro poderá cancelar a escolha até 30 de novembro de 2026. Já quem fizer a opção em março de 2027 terá até 31 de maio para desistir.

O que muda na prática?

Para as empresas que optarem por manter IBS e CBS dentro do Simples Nacional, o pagamento continuará semelhante ao modelo atual. Os **tributos** serão incluídos na guia única do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), calculados como parte de um percentual sobre o faturamento.Já quem optar pelo regime regular terá de calcular e pagar IBS e CBS separadamente. Por outro lado, poderá usar créditos tributários das compras para reduzir o imposto devido e permitir que seus clientes aproveitem créditos maiores.

Segundo Kályta Caetano, contadora da MaisMei, a diferença na geração de créditos tributários é um dos principais fatores que as empresas devem avaliar antes de escolher o regime de pagamento.

No regime regular, a empresa poderá permitir que seus clientes aproveitem créditos integrais de IBS e CBS sobre os produtos ou serviços adquiridos, conforme as regras aplicáveis.Já no Simples Nacional, o crédito tributário que o comprador poderá aproveitar tende a ser menor.

Por isso, essa escolha pode ter um impacto maior para pequenos negócios que vendem produtos ou prestam serviços a outras empresas.

Isso pode fazer diferença principalmente para quem vende para outras empresas, porque elas vão preferir comprar de fornecedores que dão mais crédito , afirma Caetano.

Qual opção é mais vantajosa?

Não há uma resposta única. Segundo Caetano, a melhor opção depende das características de cada empresa, especialmente do perfil de seus clientes.

Empresas que vendem principalmente para outros negócios podem ter mais vantagens em avaliar o regime regular, já que a possibilidade de gerar créditos maiores de IBS e CBS pode torná-las mais atraentes para seus clientes.Já para empresas que vendem principalmente ao consumidor final, a geração de créditos tributários tende a ter menos importância.

Por outro lado, o regime regular exige o cálculo separado de IBS e CBS e um controle fiscal mais detalhado. Isso pode aumentar os custos com contabilidade e tornar o pagamento dos **tributos** mais complexo.

Por isso, a recomendação é que os empresários comparem os dois modelos antes do fim do prazo, considerando tanto os possíveis benefícios quanto os custos de cada opção.

O melhor caminho é simular os dois cenários com o contador de confiança antes de decidir , afirma Caetano.

"Não existe uma resposta única. A decisão deve considerar não apenas o valor dos **tributos**, mas também os créditos gerados, a competitividade, o faturamento, a margem e o fluxo de caixa", completa Fábio Edelberg, CEO da Navecon.

Prazo para entrar no Simples também muda?

Sim. O calendário também mudou para as empresas que ainda não fazem parte do Simples Nacional e querem aderir ao regime em 2027.

Antes, o pedido de adesão era feito em janeiro. Para ingressar no Simples Nacional em 2027, porém, as empresas tiveram de apresentar a solicitação até 15 de outubro de 2026. Se aprovada, a adesão valerá a partir de 1º de janeiro.

A empresa poderá desistir do pedido até 30 de novembro. Caso a adesão seja negada por alguma pendência, terá um prazo de 30 dias para corrigir as irregularidades e tentar garantir sua entrada no regime.

As empresas que já fazem parte do Simples Nacional e não tiverem sido excluídas permanecerão automaticamente no regime, sem precisar apresentar um novo pedido.

Quais regras para novas empresas?

Empresas que solicitarem a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) entre 1º de outubro e 31 de dezembro de 2026 terão regras específicas para a adesão ao Simples Nacional.

Nesses casos, a escolha pelo Simples Nacional feita na abertura da empresa valerá para o restante de 2026 e também para todo o ano de 2027.

Se a empresa também optar por pagar IBS e CBS pelo regime regular no momento da abertura, essa escolha terá efeito a partir de janeiro de 2027.

O que são IBS e CBS?

O IBS e a CBS são dois dos principais **impostos** criados pela **reforma tributária** sobre o consumo.

A Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) é um tributo federal que substituirá as contribuições ao Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins). Sua administração ficará sob responsabilidade da **Receita Federal**.Já o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) substituirá o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cobrado pelos estados, e o Imposto sobre Serviços (ISS), cobrado pelos municípios. O novo tributo será administrado por um comitê formado por representantes estaduais e municipais.

E o MEI?

Os microempreendedores individuais (MEIs) não poderão escolher entre pagar IBS e CBS pelo Simples

Nacional ou pelo regime regular.

Os microempreendedores continuarão seguindo as regras do Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos **Tributos** abrangidos pelo Simples Nacional (Simei), que prevê o pagamento de **tributos** em valores fixos mensais.

As mudanças no calendário de adesão ao Simples Nacional também não se aplicam aos MEIs. A opção pelo Simei continuará sendo feita em janeiro, até o último dia útil do mês.

A regulamentação, porém, estabelece mudanças na emissão de notas fiscais. Para a prestação de serviços, continuará sendo utilizada a Nota Fiscal de Serviço eletrônica (NFS-e) de padrão nacional.

Já para a venda de mercadorias e algumas atividades de transporte, as novas regras preveem o uso preferencial da Nota Fiscal Fácil (NFF).

Outras mudanças no Simples Nacional

As novas regras também mudam alguns critérios de cálculo dos **tributos** do Simples Nacional, incluindo os que consideram o tempo de funcionamento da empresa, a receita acumulada e os gastos com salários.

O conceito de receita bruta também foi atualizado para incluir expressamente operações com bens físicos, bens imateriais, direitos e serviços. Os valores pagos de IBS e CBS pelo regime regular não serão considerados no cálculo da receita bruta para fins do Simples Nacional.

Outra mudança diz respeito ao momento em que o faturamento é contabilizado para calcular os **tributos**. Pela nova regra, o reconhecimento da receita passa a estar vinculado à emissão da nota fiscal que registra a venda ou a prestação do serviço.

O sublimite - valor máximo de faturamento que permite recolher determinados **impostos** dentro do Simples Nacional - será de R$ 3,6 milhões para IBS, ICMS e ISS. Se a empresa ultrapassar esse valor, poderá ter de pagar esses **tributos** separadamente, fora da guia única do Simples.

O limite adicional de R$ 3,6 milhões para receitas de exportação será mantido. Já a antiga referência ao sublimite de R$ 1,8 milhão será eliminada.

Além disso, a Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis) não precisará mais ser enviada separadamente. Os dados passarão a ser preenchidos diretamente no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D), uma vez por ano, entre janeiro e março.

Site:
https://g1.globo.com/empreendedorismo/noticia/2026/11/03/simples-nacional-prazo-para-cancelar-opcoes-de-ibs-e-cbs.ghtml

Investimento em infraestrutura e aumento da produtividade são desafios para Lula 4

Além dos problemas fiscais, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva terá o desafio, em seu quarto mandato, de encaminhar medidas para aumentar a produtividade do país e a abertura comercial, assim como melhorar a infraestrutura e reduzir a insegurança jurídica, avaliam especialistas. Em paralelo, será necessário também atuar para reduzir o endividamento da população, retomando agendas do mercado de crédito.

Analistas entendem que a disparada do dólar e a queda da Bolsa após o resultado das eleições refletem mais uma reversão de expectativas de curto prazo do que problemas nos fundamentos da economia. Ainda assim, fica clara a cobrança do mercado pelo ajuste fiscal. Com isso, iniciativas voltadas para o equilíbrio das contas públicas são urgentes, pedindo direcionamento ainda neste ano.

Em relação ao alto endividamento da população, o plano já está traçado com a compra de dívidas por meio do Desenrola 3.0. Existe ainda uma outra dimensão da discussão sobre crédito que o governo terá de retomar, como a sobre os elevados spreads, que mantêm alto o juro cobrado do consumidor mesmo em momentos de queda da taxa básica de juros, a Selic.

Também a manutenção da trajetória de queda da Selic - na qual já é esperada uma pausa ao menos neste mês- dependerá de sinalizações mais firmes do governo para organizar a agenda fiscal.

O economista-chefe do Banco BV, Roberto Padovani, avalia que, caso o país consiga vencer o desafio das contas públicas de curto prazo, investimento pesado em infraestrutura será necessário para criar as bases de um crescimento mais sustentável:

- Essa agenda avançou. Antes desse governo, chegou a ficar parada. Mas existe algum preconceito com investimento privado e essa agenda é pouco priorizada, avança muito lentamente - destaca ele. - Tem uma urgência para que as coisas aconteçam. Estados que são importantes para a agroindústria precisam ter competitividade portuária, por exemplo.

Outra prioridade é avançar em produtividade para impulsionar o desenvolvimento. Mesmo o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, já disse que o modelo de crescimento baseado no estímulo ao consumo se esgotou.

Lula apostou nessa receita para manter a economia aquecida em meio à campanha eleitoral, com diferentes programas de crédito com juros subsidiados - convivendo com uma Selic baixando a conta-gotas. A tendência, agora, dizem os especialistas, é que programas criados no ano das eleições sejam encerrados, a exemplo do Move Brasil, para compra de veículos por motoristas de táxi e de aplicativos.

Flávio Serrano, economista-chefe do Banco BMG, menciona a necessidade de menor intervenção setorial, como a feita com programas de crédito subsidiado, que não deveriam ser renovados. Outros temas importantes, diz ele, são a reforma administrativa e a maior abertura comercial:

- É necessário ainda uma agenda de Parcerias Público-Privadas (PPPs), para fomentar a infraestrutura, e desburocratizar alguns setores.

Para Livio Ribeiro, sócio da consultoria BRCG e pesquisador associado do Ibre/FGV, é preciso investir na qualidade da educação, em vez de apenas na quantidade. Ele destaca que todo país que superou a armadilha da renda média fez investimentos maciços nessa área.

Na mesma linha, Cristiano Oliveira, diretor de Pesquisa Econômica do Banco Pine, recomenda ampliar o ensino técnico, aproximar os currículos das necessidades das empresas e criar programas de requalificação profissional em tecnologia, automação e inteligência artificial (IA).

- O governo precisa ter uma agenda própria de IA, voltada a aumentar a eficiência da administração federal, reduzir a burocracia e melhorar a prestação dos serviços públicos - ressaltou, incluindo ainda estabelecer prazos para as decisões administrativas, além de dar maior estabilidade às regras das agências reguladoras.

Na equipe econômica, um dos focos é avançar em empreendedorismo em bases digitais, IA e novas tecnologias, mobilidade urbana e descarbonização, considerando os fundos de apoio já existentes. Outro tema é a **Reforma Tributária**, que no quarto mandato

vai mirar na implementação das mudanças dos **impostos** sobre o consumo e da taxação da renda corporativa.

Ribeiro destaca a instabilidade das regras para implementação do novo regime tributário, criticando a indefinição sobre a alíquota da Contribuição de Bens e Serviços (CBS), que vai valer em 2027:

- Como fazer o planejamento para 2027 sem saber qual é o imposto que se vai pagar? Temos hoje incerteza de coisas super básicas para poder avaliar um projeto de investimento.

Padovani, do Banco BV, também observa que, dado o cenário geopolítico adverso, especialmente com o protecionismo dos EUA, o Brasil deveria ampliar mais os acordos comerciais internacionais.

Parte dos interlocutores do governo diz que será preciso um olhar mais atento para as estatais, revendo a governança e a gestão de empresas públicas com problemas, a exemplo dos Correios.

Site:
https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2026/11/03/investimento-em-infraestrutura-e-aumento-da-produtividade-sao-desafios-para-lula-4.ghtml

Corte de 0,25 ponto ou manutenção da Selic? Mercado se divide sobre projeção para decisão do Copom

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central começa nesta terça-feira, 3, sua reunião que vai definir o rumo da taxa de juros do País. E pela primeira vez em muito tempo o mercado chega com um cenário de previsões completamente indefinido. Pesquisa feita pelo Projeções Broadcast com 75 instituições financeiras aponta quase um empate técnico : 39 acreditam que o juro terá uma redução de 0,25 ponto porcentual, enquanto 36 apostam na manutenção do patamar atual da Selic, de 13,75% ao ano.

Seja qual for o resultado, há uma certeza no mercado de que esse será o juro até o final do ano - não deve haver mexida na última reunião do ano, nos dias 8 e 9 de dezembro.

Após a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) , o câmbio disparou e os juros sentiram a pressão, refletindo a desconfiança dos agentes quanto aos planos fiscais do novo mandato. A cotação do petróleo acima de US$ 110, alavancada pelas tensões no Oriente Médio, também seria mais um vetor de alerta que atuaria contra o afrouxamento monetário, segundo analistas.

É um cenário bem dividido , resume o economista-chefe da EQI Investimentos, Stephan Kautz. Para ele, o Banco Central deve promover mais um corte de 0,25 ponto porcentual na Selic em novembro, decisão que ainda se apoia na leitura do banco de uma atividade mais fraca. O economista pondera que a forte volatilidade nos mercados após as eleições, como o câmbio mais depreciado, ainda é muito recente para cravar tendência.

Com essa piora no câmbio, o BC ainda não tem como saber se é um movimento que vai se manter à frente, porque é algo muito recente. Com a incerteza do que tem por vir, não deveríamos fazer muitas apostas , observa Kautz.

A economista-chefe do Inter , Rafaela Vitoria, também prevê mais um corte de 0,25 ponto nesta reunião de novembro, mas espera que o Copom comunique uma pausa no ciclo de calibragem na próxima reunião. Apesar da maior incerteza e do aumento do prêmio de risco na curva de juros futuros, a taxa Selic em 13,50% permanece restritiva o suficiente para amortecer os choques inflacionários esperados para o começo de 2027, mas não vemos espaço para a continuidade dos cortes nesse momento , afirma, em relatório.

Vitoria reitera, porém, as incertezas do cenário e diz que uma manutenção da taxa também está dentro das opções. Ela lembra que, recentemente, o mercado promoveu uma rodada de reajustes para cima nas estimativas para o IPCA de 2027, incluindo o Inter, de 3,9% para 5%. As revisões devem dar um tom de cautela para o BC, o que pode ser um fator para o Copom antecipar a pausa já para novembro, mantendo a Selic em 13,75%.

Para o estrategista-sênior da Tullett Prebon, Nicolas Borsoi, o cenário sugere uma manutenção da Selic em 13,75%. Mas ele considera que a decisão dependerá de qual visão o Copom vai aderir. Tem duas visões possíveis: olhar para a foto ou para o filme. Se olhar para a foto, é sinal claro de manutenção , afirma ele, que destaca o salto na taxa de câmbio para R$ 5,40 e o petróleo cotado a US$ 110 o barril.

Esse conjunto de câmbio e petróleo dão argumentos para o BC não cortar mais. A piora nessas variáveis faria o IPCA sair de 3,2% para 3,5% no fim do horizonte relevante. Assim, fica difícil manter a escrita de ao redor da meta , diz Borsoi.

Na MAG Investimentos, a projeção para a trajetória da taxa Selic chegou a ser de dois cortes de 0,25 ponto porcentual após o primeiro turno das eleições, mas voltou ao cenário de juros estáveis depois do resultado do segundo turno, segundo o economista-chefe Felipe de Oliveira.

Simulações da MAG apontam que a projeção de **inflação** do BC no horizonte relevante subiria de 3,2% para acima de 3,5%, nível semelhante ao alertado por Borsoi, da Tullett Prebon. O BC tem uma possibilidade não desprezível de sinalizar uma interrupção do ciclo, de mostrar que o processo de calibração parou , diz.

Kautz, da EQI, considera que este deve ser o último corte do ano, mas espera um sinal de fim do ciclo, com

eventual retirada da menção à calibração na comunicação da autarquia e uma indicação de pausa.

Segundo o economista, a **inflação** tende a subir nos próximos meses, sobretudo no primeiro trimestre, com o impacto do El Niño , além de efeitos associados à **reforma tributária**. Isso deve parar os cortes da Selic, por ora , diz ele, que prevê retomada nos cortes entre o segundo e terceiro trimestre de 2027.

Embora boa parte dos argumentos esteja pendendo para o lado da manutenção na Selic, Borsoi reconhece que o BC pode focar na expectativa de atividade mais fraca e cortar o juro em 0,25 ponto neste encontro.

O economista da Tullett Prebon avalia que uma série de fatores sugere um reforço na cautela da comunicação. Para além da piora no câmbio e no petróleo, ele concorda que o qualitativo da **inflação** ainda indica atenção, com El Niño no radar, mercado de trabalho que se mantém aquecido, e eventuais pressões com o fim da escala 6x1 e a **reforma tributária**. Se o corte vier, será um hawkish cut , com sinalização conservadora. A mensagem do BC está bem ajustada, mas precisa ser mais explícita do porquê é preciso ser cauteloso neste momento , diz.

Site: https://www.terra.com.br/economia/corte-de-025-ponto-ou-manutencao-da-selic-mercado-se-divide-sobre-projecao-para-decisao-do-copom,280b850fce075a3584b550bb2c07f334hw4jn8vu.html

Dólar deve se guiar por reação de Trump às eleições

"Uma divisão entre o Executivo e o Legislativo seria um fator positivo para o dólar" Ralph Davidson

O efeito das eleições de meio de mandato dos Estados Unidos na orientação do dólar não é uma ciência exata. Bancos e gestores de ativos divergem na leitura sobre o movimento da moeda americana após a formação do Senado e do Congresso. Uma percepção, no entanto, é comum: a divisa irá responder a como o presidente Donald Trump vai atuar após a disputa deste ano.

O Commerzbank, por exemplo, vem ressaltando há algum tempo que os maiores problemas para a moeda americana estarão concentrados nas áreas de política comercial e política externa. "Os riscos para o dólar decorrentes de uma política americana errática dificilmente serão neutralizados mesmo com uma vitória dos democratas nas eleições de meio de mandato. Pelo contrário: como Trump não poderá concorrer à reeleição em 2028, poderá até adotar medidas mais duras", diz o chefe de pesquisa em moedas do banco alemão, Thu Lan Nguyen.

O executivo aponta que diante deste cenário, Trump pode se mostrar ainda mais volátil com as Casas mais democratas.

Leitura similar sobre a força de Trump vem de analistas do J.P.

Morgan. A avaliação é de que a Casa Branca continuará a exercer maior controle sobre alguns dos principais pontos de discordância nas campanhas republicana e democrata, como tarifas, inteligência artificial e política externa, ainda que o Legislativo pertença ao Partido Democrata.

"Grandes pacotes de **impostos**/gastos, geralmente feitos por meio de reconciliação orçamentária, seriam, portanto, improváveis ??e limitariam os riscos de prêmios de prazo para o dólar (a menos que os republicanos mantenham ambas as casas do Congresso)", dizem os analistas em nota. "Além disso, os riscos de que o controle democrata interrompa materialmente a expansão da inteligência artificial de forma que afete o dólar também parecem bastante limitados."

Já o Wells Fargo tem uma leitura um pouco diferente. Para o banco, a moeda americana pode enfraquecer, caso os democratas se tornem maioria. "Esperamos uma reação imediata limitada do mercado, mas vemos o balanço de resultados favorecendo uma alta dos títulos de longo prazo e um dólar mais fraco, especialmente se as eleições reforçarem a consolidação fiscal ou desafiarem a narrativa de excepcionalismo americano impulsionado pela inteligência artificial."

Nos quase dois anos do segundo mandato de Trump, o movimento global do dólar foi muito orientado pelas políticas adotadas pelo republicano, seja em relação às tarifas comerciais contra uma série de países, seja em relação a questões geopolíticas, como o desejo de anexar a Groenlândia e a guerra contra o Irã.

O índice DXY, que mede a força do dólar contra uma cesta de seis moedas de mercados desenvolvidos e que serve como uma referência para a dinâmica global da divisa americana, passou por um sobe e desce no período. Logo após Trump ter sido eleito, o índice bateu seu pico recente em 109,6 pontos, e seis meses depois caiu para 96,9 pontos. De lá para cá, a oscilação ficou mais contida, entre 98 e 100 pontos, até voltar a ganhar tração em meio a dados mais fortes da economia americana e o tom mais "hawkish" (favorável a juros altos) do Federal Reserve (Fed). Na sexta-feira, o índice rondava 101,9 pontos no fim do pregão.

Para o banco suíço Lombard Odier, não é simples cravar o efeito da composição do Congresso no câmbio, mas e possível pensar como as políticas podem ser conduzidas daqui em diante. A clareza sobre a política fiscal, segundo o banco, poderia retirar parte da pressão sobre os rendimentos dos Treasuries e reduzir o diferencial das taxas dos títulos soberanos de outras nações, pressionado o dólar. Por outro lado, o banco aponta que um Legislativo democrata traria um maior controle e equilíbrio sobre futuras nomeações para o Fed, reduzindo a probabilidade de políticas prejudiciais à credibilidade monetária.

Já o estrategista de ações do ASA Estados Unidos, Ralph Davidson, afirmou ao Valor que o controle do Senado e do Congresso americano pelos Democratas pode ser positivo para o dólar, visto que a oposição poderá trazer mais resistência às políticas fiscais expansionistas de Trump. "Reconhecemos que

diversos fatores influenciam a dinâmica relativa das moedas. De modo geral, consideramos que uma divisão entre o Executivo e o Legislativo seria, na margem, um fator positivo para o dólar", diz.

Há quem atrele o movimento do dólar menos ao cenário eleitoral e mais à política monetária. É o caso do economista-chefe da Neo Investimentos, Luciano Sobral. Para ele, um Congresso composto por maioria democrata pode limitar as medidas ruidosas de Trump, mas isso tem um efeito muito limitado na dinâmica da moeda americana. "Me parece ser um fator mais secundário. O que é mais importante é o que ocorre com os juros e com a economia do país", diz. "A meu

ver, o movimento dos juros de longo prazo é melhor entendido pelo movimento dos juros de curto prazo. Não compro a ideia de prêmio fiscal. Nesse sentido, quando o juros de curto prazo pararem de subir, os longos também irão cair, o que tende a se refletir no movimento do dólar."

Sobral, portanto, diz ver a moeda americana sem muito mais espaço para apreciação, dado que a economia forte e a **inflação** alta não devem durar muito mais do que dois ou três trimestres, uma vez que as taxas estão elevadas no país. "No meio do ano que vem, provavelmente a **inflação** vai ter voltado a desacelerar, e os juros de curto prazo poderão começar a cair, com o dólar perdendo força."

Para o economista da Neo Investimentos, o ambiente global vem

se mostrando há algum tempo favorável para moedas de mercados emergentes, mas não tão vantajoso para divisas de mercados desenvolvidos. "E se estamos perto do pico do dólar, a perspectiva é que continue benéfico para essa classe de moedas", afirma, acrescentando, porém, que o real tem uma história própria que pode fazer mais preço neste momento.

"Por incrível que pareça, estamos com a volatilidade [das moedas] relativamente baixa, com o dólar perto de um pico", diz. "Mas aqui há muitas questões em aberto. Não descarto uma piora como vimos em 2024, quando o real se descolou bastante dos pares." Até sexta-feira antes das eleições, o dólar caía 9% ante ao real, enquanto passou a recuar 0,81% uma semana depois, após frustração do mercado com o resultado eleitoral.

Renovação legislativa nos EUA está no centro de atenção de investidores

Para Morgan Stanley, resultado tem desdobramento micro; geopolítica, tarifas e migração seguem nas mãos do Executivo

Embora boa parte do mercado avalie que os possíveis efeitos de uma vitória democrata nas eleições de meio de mandato ("midterms") nos Estados Unidos já estejam nos preços dos ativos financeiros, o resultado da votação pode restringir os poderes de Donald Trump e trazer implicações para a agenda econômica do país. O cenário fiscal está no centro das discussões, assim como a possibilidade de regulamentação da inteligência artificial (IA), o que pode favorecer juros mais altos e pressionar o desempenho das ações. Outro ponto de atenção é o risco de escalada militar contra o Irã após a votação.

Os eleitores escolherão os 435 deputados da Câmara dos Representantes e 35 dos 100 senadores. Os resultados oficiais podem levar dias ou semanas para ser divulgados, e a posse será em janeiro de 2027. Os republicanos atualmente detêm a maioria em ambas as casas, e chegam às eleições em desvantagem, em meio à baixa aprovação de Trump: 32% dos americanos aprovam sua gestão, enquanto 66% desaprovam, segundo a pesquisa Reuters/Ipsos mais recente, publicada em 26 de outubro. A insatisfação é atribuída à alta do custo de vida, após tarifas comerciais e a guerra com o Irã pressionarem a **inflação** e os preços da energia.

As apostas no Polymarket indicam 62% de probabilidade de os democratas conquistarem maioria na Câmara e no Senado. A chance de o partido assumir o controle da Câmara, mas os republicanos manterem o Senado, é de 29%. Somados, esses dois cenários indicam uma probabilidade de 91% de que os democratas obtenham a maioria na Câmara. Já uma vitória republicana nas duas casas tem apenas 9% de chance.

Alex Pelle, economista-sênior do Banco Mizuho para os Estados Unidos, avalia que uma vitória democrata nas duas casas do Congresso aumentaria a probabilidade de uma flexibilização fiscal adicional no curto prazo. Na visão dele, os democratas devem tentar reverter os cortes no programa governamental de assistência à saúde Medicaid previstos no orçamento.

Como boa parte dos possíveis desdobramentos fiscais já está embutida nos ativos, no entanto, Pelle estima que esse cenário provocaria uma alta de 2 pontosbase no rendimento dos Treasuries de dez anos, atualmente em torno de 5%. Se o resultado levar a uma Câmara controlada pelos democratas e a um Senado de maioria republicana, o Mizuho projeta uma queda de 3 pontos-base no rendimento do título. Já no cenário mais improvável, de maioria republicana nas duas casas, Pelle estima um recuo de 7 pontos-base.

Sobre o futuro da inteligência artificial, os democratas tendem a defender uma regulamentação mais rigorosa da tecnologia, o que poderia pressionar as ações de empresas do setor e afetar o desempenho do mercado acionário. Os republicanos, por outro lado, são menos propensos a avançar nessa agenda. O próprio presidente Trump se opõe a iniciativas de maior regulação no setor.

"A política fiscal e o boom de investimentos em IA são dois dos principais motores da economia dos Estados Unidos", avalia Pelle, em nota. "É improvável que as eleições de meio de mandato gerem grandes mudanças políticas no curto prazo, mas podem alterar as expectativas do mercado em relação a ambos os temas, especialmente à medida que os investidores se preparam para o ciclo eleitoral presidencial de 2028, que é mais importante."

Para Benjamin Mandel, sóciofundador e chefe de pesquisa da Jubarte Capital, embora boa parte dos poderes de Trump permaneça intacta mesmo com maioria democrata no Congresso, sua agenda fiscal e as indicações para cargos no governo ficariam mais vulneráveis. "Tudo se resume ao poder de barganha, que seria bem menor em um cenário de vitória democrata no Legislativo", afirma.

Ele avalia que um Senado de maioria democrata poderia bloquear indicações para vagas no Conselho de Governadores do banco central americano que venham a surgir nos próximos dois anos. Entre elas estão a cadeira de Jerome Powell, cujo mandato como diretor do Fed termina em janeiro de 2028, e a de Lisa Cook, caso Trump consiga destituí-la. Isso limitaria a capacidade do presidente de construir uma maioria de aliados na autoridade monetária.

O Citi aponta que uma das principais preocupações do

mercado é o risco de escalada das tensões com o Irã após as eleições de meio de mandato, diante de rumores de que Trump poderia retomar a ofensiva militar nas próximas semanas. "Muito dependerá do grau de agressividade de eventuais táticas de escalada", afirma a equipe do banco americano.

As possibilidades vão desde ataques a estações de radar até investidas contra a infraestrutura petrolífera iraniana. "Esta última hipótese provavelmente levaria o Irã a retaliar contra a infraestrutura de petróleo na região, o que poderia impulsionar os preços do petróleo e pressionar as ações para baixo."

O Morgan Stanley está entre as instituições que tratam as eleições de meio de mandato como um "não evento" para os ativos financeiros. Para a equipe do banco americano, o resultado terá mais implicações microeconômicas, uma vez que muitas das políticas que vêm direcionando o cenário macroeconômico nos últimos dois anos, como a geopolítica, tarifas comerciais e as mudanças na política migratória, estão sob a autoridade do Executivo nos EUA.

"Do ponto de vista dos mercados, fatores que recentemente têm influenciado os preços dos ativos, como tarifas, política tributária e desregulamentação, permaneceriam amplamente inalterados, mesmo diante de uma mudança no controle do Congresso", afirma a equipe do banco, destacando que boa parte da agenda de Trump pode avançar sem a necessidade de novas leis ou de medidas do Congresso. "Mesmo que o controle do Congresso mude em decorrência das eleições de meio de mandato, essas diretrizes de política pública continuariam em vigor."

A equipe do Morgan Stanley admite que a política fiscal é a principal área em que diferentes resultados eleitorais podem afetar as perspectivas econômicas. Ainda assim, o banco acredita que será improvável uma mudança mais ampla nesse campo, visto que "nenhum dos partidos tem grandes incentivos para promover alterações fiscais significativas por meio de cortes de gastos ou aumentos de **impostos**".

Na mesma linha, o estrategistasênior para Estados Unidos do Rabobank, Philip Marey, acredita que, no caso de um governo dividido,

Trump deve continuar concentrando seus esforços no que depende do poder Executivo. "Em política externa, política comercial e imigração, Trump poderá manter o atual rumo", ele afirma, enquanto a política fiscal provavelmente deve ficar "paralisada."

Ele observa que como o cenário de maioria democrata na Câmara e no Senado já está nos preços dos ativos, apenas uma surpresa com uma vitória republicana teria impacto significativo. Haveria pressão de alta sobre os juros de prazos mais longos, em razão de novas medidas de estímulo fiscal.

Marey vê pouca mudança na prática. No caso de uma maioria democrata no Congresso, haveria uma mudança nas propostas de políticas públicas apresentadas no plenário. No entanto, Trump tem o poder de impedir as medidas às quais se opuser, e a oposição provavelmente não conseguiria reunir os votos necessários para derrubar o veto, mesmo caso o partido conquiste a Câmara e o Senado. "O cenário mais provável é de paralisia legislativa", diz. "Ao menos, esse cenário deverá limitar novos aumentos de gastos do governo e cortes de **impostos**, embora não esperemos nenhuma iniciativa séria para colocar a dívida pública dos Estados Unidos sob controle."

"Se Lula errar no começo, será complicado consertar"

LUIZ GUILHERME GERBELLI

Presidente precisa entender "recado das urnas" e abrir espaço para ajuste fiscal, afirma economista

Da página A1 Ex-secretário de Política Econômica no 1.º mandato de FHC, é sócio-fundador da consultoria MB Associados

Um dos economistas mais experientes do País, José Roberto Mendonça de Barros avalia que a largada do novo governo Lula será decisiva para determinar o sucesso do quarto mandato do petista na condução da economia. Para ele, a principal mensagem deve ser a apresentação de um plano capaz de reverter o mau humor do mercado financeiro, ao apontar para uma trajetória sustentável da dívida pública nos próximos anos.

"O que está em jogo agora é esse começo. Se errar aqui, será muito complicado conseguir consertar, porque a mensagem terá sido ruim", disse Mendonça de Barros, sócio-fundador da consultoria MB Associados e ex-secretário de Política Econômica. "O presidente da República - e ele é que tem de fazer isso - tem de mostrar que, de fato, leu o resultado inesperado das eleições e que a redução da taxa de juros, que só pode acontecer por meio da redução da pressão fiscal, é um recado fundamental. E empoderar e escolher alguém qualificado para comandar isso." A seguir, os principais trechos da entrevista:

O resultado do 2.º turno acabou se revelando uma surpresa. O que muda com a nova reeleição de Lula?

Nós não esperávamos. Ao contrário, estávamos vendo o que as pesquisas todas diziam: a provável vitória do Flávio (Bolsonaro, candidato do PL) por dois pontos, algo desse tipo. E aí você tem uma derrota (do Flávio) por mais de 4 milhões de votos. A primeira coisa que vale registrar, além dessa surpresa, é que os mercados estavam fortemente posicionados em linha com as pesquisas. Portanto, foram além do que se poderia chamar de um trade eleitoral. O que aconteceu é que, na segunda-feira (26 de outubro), houve um ajuste de posições. Foi um banho de sangue no mercado financeiro. Isso ajuda a gerar uma visão muito mais pessimista do que vem adiante. Já está na praça a ideia, talvez majoritária entre os analistas de mercado, de que os juros não devem cair na próxima reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), como era amplamente esperado.

O que mostra como o cenário mudou.

O cenário, que já era difícil, ficou ainda mais agravado pelo volume considerável de promessas feitas durante a campanha. É difícil estimar quanto isso representa, porque envolve o aumento de programas existentes e promessas de novos programas. Mas o número que ouvi com mais frequência é algo como R$ 100 bilhões a mais em despesas.

Quais sinais o governo precisa dar na parte fiscal?

Primeiro: será que o presidente, que assegurou que reconheceu o recado das urnas, percebe que a **inflação** e o custo de vida são questões centrais nesse recado? E que têm de ser enfrentados? E enfrentar isso passa necessariamente por ter algum tipo de atenção ao ajuste fiscal como uma coisa central do governo. Isso leva a uma segunda pergunta: quem será o ministro da Fazenda encarregado de lidar com esse problema e qual será o mandato que o presidente da República lhe dará? Não falo em carta branca, porque ministro nenhum tem carta branca - o regime é presidencialista. Falo de empoderamento. Como o problema é tão grande, não existe programa fiscal que dê conta num prazo de um ano. Até o mais fanático fiscalista concordaria que isso é impossível. Não é isso que o mercado e os empresários, o sistema econômico como um todo, estão esperando. O sistema não espera um ajuste que se dê em um ano, porque sabe que é impossível. O que ele espera é o compromisso com o ajuste e com uma qualidade mínima, para que, no devido tempo, em dois ou três anos, seja possível mudar a trajetória da relação dívida/**PIB**.

Isso é o que está em jogo?

É evidente que vai ter algum programa de ajuste. Não é esse o problema. O que se colocou como central é a percepção que o presidente, mesmo que não aceite no seu íntimo - e eu acho que não aceita mesmo -, seja realista o suficiente para perceber que precisa fazer o ajuste, sob pena de não conseguir levar adiante seu governo. Se não fizer isso, não tem baixa de juros.

Quais medidas podem ser adotadas do lado da

despesa?

Para mim, se você não começar no passo certo, o resto que vem não vai levar longe. Acho que a sequência é essa. O presidente da República - e ele é que tem de fazer isso - tem de mostrar que, de fato, leu o resultado inesperado das eleições e que a redução da taxa de juros, que só pode acontecer por meio da redução da pressão fiscal, é um recado fundamental. E empoderar e escolher alguém qualificado para comandar isso. A distância entre o primeiro e o segundo turno mostrou isso: a velocidade com que o juro futuro caiu. Isso mostra que não é uma bobagem de economista, não é um sonho de economista. Se as expectativas de um desempenho razoável nessa questão forem levadas a sério, já começaremos a ter benefícios trazidos pelos mercados futuros, pela menor pressão sobre a taxa de juros e, no devido tempo, pela própria trajetória da Selic. O que está em jogo agora é esse começo. Se errar aqui, será muito complicado conseguir consertar, porque a mensagem terá sido ruim.

Se houver um acerto nesse começo, dá para ter um 2027 melhor?

Do ponto de vista de crescimento, não haverá muita diferença no **PIB**, mas haverá uma diferença qualitativa fundamental. No cenário sem ajuste, o crescimento será de 1%, com o segundo semestre do ano que vem olhando para baixo, ou seja, abrindo a possibilidade de uma recessão completa. Se houver uma resposta razoável, ainda que o crescimento não seja muito maior do que 1%, a ponta da asa estará olhando para cima. Do ponto de vista dos negócios, isso faz toda a diferença.

Se o governo não conseguir fazer esse ajuste, qual é o cenário? O País caminha para reviver o segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff?

Seguramente, se o governo seguir um pouco mais na direção do que aconteceu em 2023, em termos de organização, com apenas a turma da casa, não tenho dúvida de que a **inflação** vai subir muito rapidamente. Nesse sentido, vai lembrar o governo Dilma 2. Não tenho dúvida de que, olhando para onde estamos indo, caminharemos para uma recessão; lembra também o governo Dilma 2 por esse lado. E não tenho dúvida de que o investimento vai encolher ainda mais e vamos ficar mais sujeitos a choques externos. Temos potencialmente dois choques externos. O El Niño: só vamos saber se ele teve o efeito esperado lá para janeiro e fevereiro. E o cenário internacional, que vai ficar muito mais azedo. Os americanos vão ter de aumentar a taxa de juros, porque a economia está muito aquecida. Ou vai furar a bolha e haverá um ajuste bruto por esse lado, o que também é ruim, porque puxa uma série de outras coisas. Não vejo um cenário internacional que nos auxilie nesse ponto. E, aí, a primeira vítima será a **inflação**. A segunda será a taxa de juros, que não cai. E a terceira vítima será o crescimento.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Petróleo despenca 8% com aceno para retomada de conversas entre EUA e Irã

ROBERTO MALFACINI roberto.junior@oglobo.com.br

Trump afirma que Teerã "quer acordo", e presidente iraniano, Masoud Pezeshkian, diz que terá mais autonomia para conduzir negociações de paz. Apesar de alívio, Bolsa recua com ações de tecnologia

Da página 1 A renovação das expectativas de que os esforços diplomáticos possam pôr fim à guerra no Irã provocou uma forte queda nos preços do petróleo ontem. Os contratos futuros da commodity fecharam com recuo próximo de 8%, após o presidente dos EUA, Donald Trump, sinalizar otimismo com a possibilidade de um acordo com os iranianos. Já as ações de tecnologia tiveram mais um dia de desvalorização, com dúvidas quanto à sustentabilidade dos investimentos em inteligência artificial (IA).

-Eles (o Irã) querem chegar a um acordo, e isso pode acontecer - afirmou o presidente americano a jornalistas em Washington.

O republicano acrescentou que os preços do petróleo caíram porque "parece que as negociações estão avançando muito bem". Pela manhã, o site americano Axios havia noticiado que Trump teria informado ao primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, que estaria disposto a dar mais tempo às negociações com Teerã antes de retomar ataques.

Após a divulgação da notícia, o presidente iraniano, Masoud Pezeshkian, afirmou ter recebido mais autonomia do líder supremo do país, Mojtaba Khamenei, para conduzir negociações de paz com os EUA.

Diante dessas sinalizações, o petróleo do tipo Brent, referência no mercado internacional, fechou em queda de 7,63%, negociado a US$ 104,77. Já o West Texas Intermediate (WTI), referência nos Estados Unidos, recuou 7,36%, a US$ 96,46 o barril.

Para Sloth Hansen, chefe de estratégia de commodities do Saxo Bank, ouvido pela Bloomberg, a retração nos preços evidencia os riscos de um mercado sujeito a movimentos em direções opostas, entre o temor de uma escalada militar e a expectativa de negociações de paz:

-Agora, tudo gira em torno da geopolítica, especialmente com as eleições de meio de mandato (nos EUA, que serão hoje) -disse.

INCERTEZA

Em um primeiro momento, a queda do petróleo trouxe alívio ao mercado acionário, com a perspectiva de redução dos custos de energia, o que atenuaria a pressão sobre a **inflação** global. As Bolsas na Europa e na Ásia fecharam no azul. No entanto, o receio quanto à possibilidade de uma bolha de IA voltou a assustar os investidores.

O Nasdaq, índice com forte participação de empresas de tecnologia, cedeu 1,07%, aos 25.164 pontos, e o S P 500 recuou 0,51%, aos 7.541 pontos. Apenas o índice Dow Jones da Bolsa de Nova York fechou em leve alta, de 0,41%, aos 51.98 pontos.

As perdas foram lideradas pelas ações de fabricantes de semicondutores. O índice Philadelphia Semiconductor, que acompanha os papéis das principais companhias do setor nos Estados Unidos, caiu 3,4%, ampliando o tombo de 7,2% registrado na última sexta-feira.

- O petróleo mais barato deveria favorecer as ações de tecnologia, mas o fato de os papéis não terem conseguido sustentar os ganhos da abertura, mesmo com a forte queda da commodity, mostra como a confiança dos investidores está enfraquecida após as perdas expressivas da semana passada - afirmou Dave Mazza, CEO da Roundhill Financial à Bloomberg.

Segundo o executivo, a proximidade da divulgação dos resultados financeiros da Apple e da empresa de software para IA Palantir Technologies contribuíram para a cautela dos investidores.

APPLE ALERTA PARA CUSTOS

A receita da Apple cresceu acima da expectativa no quarto trimestre fiscal, encerrado em setembro, para US$ 114,5 bilhões. O lucro líquido atingiu US$ 30,71 bilhões, avanço de quase 12% em relação a igual período de 2025. As vendas na China, no entanto, ficaram abaixo do esperado.

A fabricante do iPhone alertou que a alta "sem precedentes" nos preços dos chips de memória e os custos para operar suas ferramentas de inteligência artificial vão pressionar suas margens de lucro no próximo trimestre. Com isso, as ações da Apple recuaram cerca de 3% no pregão após o fechamento do mercado. Foi o primeiro balanço divulgado pela empesa desde que John Ternus assumiu o cargo de diretor-presidente.

As eleições legislativas americanas, marcadas para hoje e que definirão a nova composição do Congresso americano, também vêm deixando o mercado mais apreensivo. O resultado poderá influenciar a capacidade do presidente Donald Trump de implementar sua agenda econômica, especialmente em temas como política fiscal, comércio internacional e regulamentação da inteligência artificial.

No Brasil, a Bolsa permaneceu fechada devido ao feriado do Dia dos Finados.

Mercado Bitcoin sob ataque

O Mercado Bitcoin, uma das maiores corretoras de ativos digitais do país, foi alvo de ataque hacker na madrugada de ontem e afirmou ter bloqueado cerca de US$ 11 milhões em criptoativos.

A companhia de segurança digital Hypernative estima perda de mais de US$ 40 milhões em criptomoedas.

O monitoramento identificou transferências suspeitas de carteiras atribuídas à corretora para endereços recém-criados, em pelo menos dez redes de ativos digitais.

Em **comunicado**, o Mercado Bitcoin afirmou que conteve rapidamente o "incidente de segurança" e ressaltou que não houve prejuízo aos clientes nem vazamento de dados. Saques e depósitos foram temporariamente suspensos.

O Mercado Bitcoin não divulgou o total do valor dos ativos envolvidos nem detalhou como ocorreu a invasão. A estimativa da Hypernative é feita a partir do rastreamento das transações registradas nas diferentes redes blockchain. Essas redes mantêm histórico público de operações, que permite consultar origem, destino, horário e quantidade de criptomoedas transferidas. O ataque ocorre três dias após invasão à maior corretora de cripto do mundo, a Binance.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Kearney prevê crescimento médio de 1,7% até 2028

"A próxima política fiscal tem que gerar estabilidade, previsibilidade e contas em ordem" Silvia Matos

O **PIB** do Brasil deve ter crescimento médio anual 1,7% entre 2026 e 2028, de acordo com a projeção do estudo "Global Economic Outlook 2026-2028", da consultoria internacional Kearney. O relatório destaca que produção doméstica de petróleo, geração de energia renovável e infraestrutura de biocombustíveis contribuíram para amortecer os impactos da crise energética internacional. **Inflação** elevada e juros restritivos limitam o crescimento.

A projeção de crescimento brasileira foi revisada para baixo em 0,3 ponto em relação à estimativa anterior da Kearney, de 2%.

"O Brasil tem uma proteção a turbulências de choques de petróleo, com toda a turbulência que a gente está observando no Oriente Médio. Só que tem um freio, e o estudo deixa isso muito claro, que é a questão dos juros", afirma Fabio Yoshitome, sócio da consultoria Kearney.

O estudo diz que a economia global deve continuar crescendo nos próximos anos, mas em um ambiente de volatilidade recorrente e diferenças cada vez maiores entre países, setores e empresas, em uma espécie de "desequilíbrio persistente".

"Se você pegar o noticiário e fizer uma pesquisa nos últimos cinco ou dez anos, sempre tem alguma crise, sempre tem algum ponto de turbulência, seja por questões de governos protecionistas, seja por alguma guerra, seja por alguma questão climática. Se está acontecendo tanta coisa, o mais provável é que vai continuar acontecendo muita coisa. Então, essa turbulência virou o novo normal", comenta Yoshitome.

O estudo mostra que, no cenário global, o crescimento deve alcançar 2,6% em 2026, avançar para 2,9% em 2027 e chegar a 3% em 2028. Ao mesmo tempo, a **inflação** mundial deve atingir 4,5% em 2026 e registrar média de 3,8% até 2028, acima dos níveis observados antes da pandemia.

Nas Américas, a previsão está abaixo da média mundial, de crescimento de 2% em 2026, com recuperação gradual até 2028. Considerando a região, o Brasil tem projeção superior à do México (1,6%) e à do Canadá (1,5%), mas fica atrás de Argentina (2,6%) e Estados Unidos (2,5%).

Segundo o relatório, Índia, Brasil e, especialmente, China, ilustram como a diversificação energética, as reservas, a capacidade industrial e o investimento em tecnologias limpas podem amortecer perturbações e criar novas oportunidades.

Yoshitome afirma que o atual governo reeleito tem um desafio fiscal pela frente para melhorar o cenário. O mercado espera um ajuste fiscal arrojado para propiciar um maior afrouxamento dos juros e posterior desbloqueio de investimentos. "Quando o investidor olha o Brasil, ele sempre vê a questão de risco e compara as opções que ele tem no mundo desenvolvido e no mundo emergente também", afirma.

"Tem toda uma questão fiscal no Brasil, a necessidade de conter gastos e de ter superávit, algo que a gente não tem conseguido há muito tempo. Todo mundo que quer investir, quer um retorno acima da Selic, e com a Selic nesse patamar é bem difícil para o mercado tomar esse risco", afirma. Atualmente a taxa básica de juros está em 13,75%, após atingir 15% em novembro de 2025, maior valor em quase 20 anos.

A avaliação é corroborada pela coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), Silvia Matos. "Há uma probabilidade mais baixa de o Brasil conseguir manter esse padrão mais próximo de 2% de crescimento na média, porque no ano que vem a gente vai ter um crescimento muito baixo", afirma.

Matos diz que isso se dá por problemas externos, relacionados à geopolítica, e também internos, sobre a gestão fiscal e macroeconômica do país. No caso, os juros em patamar restritivo funcionam como um freio de mão para o crescimento do país.

"O ano de 2027 está com **PIB**, na minha visão, mais próximo de 1%, ou até abaixo de 1%. Nos últimos anos nós crescemos muito

acima do potencial, com uma política fiscal de gastos. Mas com isso, temos um efeito colateral", diz. A consequência se dá por uma elevação da dívida pública, da **inflação** e da taxa de juros.

Ela defende um maior equilíbrio fiscal para baixar juros e manter a atratividade dos investimentos. "A próxima política fiscal tem que gerar estabilidade, previsibilidade e contas em ordem. Sem política fiscal, você não

tem crescimento econômico, não tem estabilidade macroeconômica, não tem previsibilidade e não vai ter juro real baixo."

Rodrigo Nishida, economista da 4intelligence, trabalha com uma média de 1,5% para o triênio entre 2026 e 2028, abaixo da projeção da Kearney. "Já a algum tempo projetamos crescimento de 1,2% para 2027, que tende a ser um ano bem fraco e bem abaixo dos últimos anos", diz.

"Isso pela perspectiva de uma política monetária apertada, endividamento alto das famílias e empresas e a expectativa de um impulso fiscal inferior no ano que vem. Também há questões associadas ao El Niño que podem e devem afetar o agronegócio", afirma Nishida.

Para 2028, o economista projeta melhora e normalização do crescimento do **PIB** para um patamar próximo de 1,8%. Ainda assim, ele ressalta que estas perspectivas

de curto prazo estão sob revisão até que fique claro quais as mudanças que o governo pretende fazer na política fiscal.

"Estamos em um momento de definição do governo eleito e das indicações do governo em relação à política econômica. A trajetória da dívida e gastos fiscais podem ser muito importantes para a gente ter uma definição sobre o crescimento dos próximos anos", diz.

A Kearney alerta que, além das questões macroeconômicas, conflitos geopolíticos, restrições em rotas estratégicas de comércio, eventos climáticos extremos e a rápida expansão da inteligência artificial estão alterando custos, cadeias de suprimentos e fluxos de investimento. Segundo o estudo, os investimentos globais em energia podem alcançar US$ 3,4 trilhões em 2026, alta de 5% em relação ao ano anterior, o que coloca o Brasil em uma posição estratégica.

A inteligência artificial também permanece como um dos principais motores de expansão econômica, especialmente por meio dos investimentos em semicondutores, data centers, conectividade e infraestrutura energética.

A consultoria argumenta que esse crescimento traz novos gargalos relacionados à disponibilidade de energia, água, terrenos, licenças e financiamento.

"Quanto a gente como país está criando uma infraestrutura sólida para fazer esses investimentos? Todo mundo está falando de trazer data center, inclusive o presidente Lula falou sobre isso num discurso recente. Mas o que a gente está fazendo para garantir que vamos ter infraestrutura? Porque precisa chegar energia elétrica e água nesses data centers", aponta Yoshitome.

Diante desse cenário, repleto de incertezas em nível global, o estudo dá orientações para decisões relevantes de investimentos globalmente. A primeira é questionar se a iniciativa reduz a dependência de um único fornecedor, mercado, rota ou sistema.

A segunda é averiguar se o aporte produz ganhos mensuráveis de produtividade ou receita, em vez de apenas ampliar estruturas existentes. A terceira é se permite mudar de direção caso as premissas econômicas e operacionais se alterem.

A conclusão do estudo é que a resiliência das empresas a esse contexto de "desequilíbrio persistente" precisa ser tratada tanto como proteção contra interrupções, quanto como uma capacidade para identificar oportunidades de crescimento.

"O grande conceito que o estudo traz é você criar opcionalidades e ficar se preparando para absorver esses choques. Há muitas empresas de capital aberto com aquela pressão de, trimestre a trimestre, mostrar uma curva positiva. Mas o investimento que não é para agora não vai dar retorno nos próximos trimestres. É uma visão de muito longo prazo, mas é isso que acaba às vezes salvando a empresa", afirma Yoshitome.

Califórnia pode dar impulso global a taxação de ricos, afirma Zucman

"Há uma enorme campanha por parte dos bilionários da Califórnia contra a medida; eles já gastaram mais de US$ 330 milhões"

Apresentada ao mundo durante a presidência brasileira do G20, em 2024, a proposta de taxar a riqueza dos bilionários tem como último desafio ser colocada em prática por um único Estado, na avaliação do seu mentor e principal defensor, o economista francês Gabriel Zucman. E este passo final poderá ser dado nesta semana na Califórnia, terra de boa parte das maiores fortunas globais.

Nesta terça-feira (3) , os californianos votarão, juntamente com as eleições de meio de mandato, a chamada "Proposta 40", que institui um imposto único de 5% sobre a fortuna de indivíduos com mais de US$ 1bilhão. É a versão americana da proposta capitaneada pelo pupilo do também francês Thomas Piketty e um dos líderes do Laboratório Mundial Desigualdade.

Pesquisas de opinião recentes, no entanto, mostraram queda dos eleitores simpáticos à proposta. Um levantamento feito a pedido do jornal Los Angeles Times mostrou que o apoio caiu de 48% em agosto para 42% em outubro, ao passo que a rejeição passou de 41% para 50%.

Zucman atribui a mudança à forte campanha midiática patrocinada pelas grandes fortunas do Estado. Ele, no entanto, não perde a fé. "Mesmo que a proposta não seja aprovada desta vez, ela continuará sendo absolutamente central no debate político americano e do mundo também. Estará no centro da eleição americana em 2028, porque estará no centro das primárias democratas. O governador da Califórnia, Gavin Newsom, é fortemente contra a proposta, mas o deputado do Vale do Silício [e cotado para ser candidato à Presidência pelo partido Democrata] Ro Khanna é favorável", garante.

Zucman, que recentemente teve seu livro "Os bilionários não pagam imposto de renda e nós vamos acabar com isso" lançado em português, esteve em São Paulo na semana passada para um ciclo de palestras e encontros. Ele comemorou a conquista do quarto mandato pelo presidente Lula. "A eleição foi acompanhada por todos e o fato de que ele conseguiu vencer a despeito da interferência do governo Trump, da Meta, e que as forças democráticas conseguiram prevalecer são um grande alento para o mundo."

A seguir, os principais trechos da conversa:

Valor:

O que acha da proposta da Califórnia de taxar os bilionários?

Gabriel Zucman: As pesquisas mostram um resultado bem apertado. Independentemente disso, existe um enorme apoio popular para a taxação mínima da riqueza em todo o mundo, mesmo na Califórnia, nos EUA ou no Brasil. Temos muitas pesquisas acadêmicas e de opinião mostrando isso. Por outro lado, existe uma enorme campanha por parte dos bilionários da Califórnia contra a medida. Eles já gastaram mais de US$ 330 milhões tentando derrotar a proposta. É uma quantidade de dinheiro inacreditável. Estive lá em setembro e é impressionante a onipresença dos anúncios. Você recebe mensagens diretamente no seu celular, as encontra em qualquer lugar que dirija o seu olhar. E com argumentos muito enganosos, dizendo que vai levar ao fechamento de hospitais, por exemplo. O mais maluco é que não existe limite sobre o quanto se pode gastar - e certamente os que estão contra a proposta têm muito dinheiro. Mas, mesmo que ela não seja aprovada desta vez, continuará sendo absolutamente central no debate político americano e do mundo também. Estará no centro da eleição americana em 2028, porque estará no centro das primárias democratas. O governador da Califórnia, Gavin Newsom, é fortemente contra a proposta, mas o deputado do Vale do Silício Ro Khanna é favorável.

Valor: A vitória da proposta na Califórnia pode ser o empurrão que ela necessita?

Zucman: Acredito que pode ser o começo de um movimento de adoção internacional. É justamente o que falta neste momento: que alguém aplique a medida. Os argumentos são claros e bem compreendidos, o que falta é um exemplo concreto de que é factível, que mostre que toda essa campanha de terror contra é infundada. Se a Califórnia - o lugar com a maior concentração de bilionários do mundo - puder aplicar, entendo que rapidamente outros Estados americanos seguirão, e assim por diante.

Valor: Mas a proposta na Califórnia é diferente da que o sr. defende.

Zucman: O desenho na Califórnia é pagar 5% ao longo de cinco anos, o que é aproximadamente 1% por ano. É algo já bem modesto, mas foi pensado assim porque a Califórnia é apenas um Estado americano. É mais difícil ser ambicioso que isto porque é muito mais simples para os bilionários migrarem de um Estado para outro. Por outro lado, é um imposto único que os bilionários não poderão se isentar porque será aplicado aos residentes no Estado em janeiro deste ano. É uma proposta muitíssimo bem desenhada, qualquer país que deseje fazer algo do tipo deve olhar para ela.

Valor: Temos visto um novo momento de tensões sociais e protestos na França, que tem se espalhado pela Europa. Acredita que a insatisfação social possa alavancar a proposta?

Zucman: O imposto sobre a riqueza vai ao encontro daquilo que é o centro dos problemas do país. A França tem um déficit orçamentário muito grande, de 5% do **PIB**, e um alto endividamento público. O governo tem cortado gastos em educação fundamental, no ensino superior e em outros serviços públicos, mas não enfrenta a alternativa de taxar mais os mais ricos. É insustentável. Claro que um imposto como este não seria suficiente para cobrir todas as necessidades do país, mas é um ponto de partida, uma alternativa lógica. E, uma vez que isso ocorrer, as possibilidades se abrem. Proteger um grupo pequeno de pessoas é a receita para agitação social.

Valor: Mas o imposto sobre a riqueza é algo reivindicado pelos manifestantes?

Zucman: Sim, se você olhar os cartazes nos protestos, há muitas referências ao que ficou conhecido como o "imposto do Zucman" na França [risos].

Valor: Mas o Congresso francês já votou contra o projeto.

Zucman: Na verdade, a Assembleia Nacional aprovou o projeto, mas o Senado, que é mais conservador, o bloqueou. Ainda está em discussão, e acredito que exista uma chance considerável de que ele seja adotado de uma forma ou outra. Pode levar tempo, mas assim são as coisas. O fato de que a Assembleia Nacional aprovou o projeto - e este não é um Parlamento de esquerda - é bastante simbólico.

Valor: O que achou da vitória de Lula?

Zucman: É um raio de esperança para todo o mundo. A eleição foi acompanhada por todos e o fato de que ele conseguiu vencer a despeito da interferência do governo Trump, da Meta e que as forças democráticas conseguiram prevalecer são um grande alento para o mundo. Parabéns a Lula e ao Brasil por mostrar que é possível.

Valor: Por aqui, o governo aprovou um imposto mínimo de 10% sobre dividendos no Brasil que arrecadou apenas uma fração do que estava previsto.

Zucman: Isto ilustra o problema de se tentar ir atrás da renda dos mais ricos, em vez da riqueza. A renda é muito mais fácil de manipular do que a riqueza. Eles criam holdings, companhias, são várias formas de se evitar a taxação. Mas a ideia é do imposto mínimo sobre dividendos é um passo na direção certa, é melhor do que fazer nada. E lembremos que a Constituição brasileira prevê um imposto sobre riqueza. Então acredito que o país esteja na direção certa.

Reajuste do convênio médico corporativo deve ficar entre 9% e 11%

"Embora a tendência médica esteja diminuindo, continua acima de três vezes a **inflação**" Michael Pedel

Os planos de saúde corporativos, benefício concedido pelos empregadores aos seus funcionários, devem ter um reajuste médio variando de 9% a 11% em 2027, patamar semelhante ao verificado neste ano, de acordo com estimativas da consultoria Marsh.

As negociações entre operadoras e empresas devem ser ainda mais acirradas devido ao fim da escala 6x1, que prevê seis dias trabalhando e um para descanso. "Esse é um tema que vai estar nas mesas de negociação do RH das empresas, porque traz um impacto importante. O plano de saúde já representa a segunda maior despesa, perdendo apenas para salários. Não acredito que haverá retirada do benefício, mas pode haver uma flexibilização, com mais coparticipação, por exemplo", disse Marcelo Borges, diretor-executivo da Marsh Health and Benefits Brasil.

No país, há 53 milhões de usuários de planos de saúde, sendo que, desse total, cerca de 31 milhões são aqueles concedidos pelos empregadores aos seus funcionários. Há ainda 7,7 milhões de convênios médicos ligados a pequenas e médias empresas que, em geral, são adquiridos por pessoa física e têm um reajuste diferenciado.

O custo médico, que serve de indicador para o reajuste do plano de saúde, esperado pela consultoria Aon é de 11,1%. Já na Marsh, esse indicador é um pouco menor, de 9,6%, porque não há inclusão do impacto do dólar sobre insumos médicos. Considerando esse fator, a **inflação** médica esperada também é de dois dígitos. Com isso, a **inflação** médica brasileira deve novamente ser de 2,5 a 3 vezes superior ao IPCA.

"Os medicamentos de alto custo, a judicialização, a cobertura de TEA [terapia do espectro autista] continuam impactando a **inflação** médica", disse Thomas Ishizuka, superintendente atuarial da Marsh Brasil.

O custo médico de 11,1% projetado pela Aon no país equivale a um incremento de 1,4 ponto percentual sobre o período anterior. A variação representa uma retomada da alta e mostra que o Brasil vai na contramão da maior parte dos outros países, que deve ver uma desaceleração em 2027.

A taxa média global dos custos médicos esperada no próximo ano é de 9%, o que equivale a uma desaceleração de 0,8 ponto percentual. Segundo Fabio Martinez, líder da área de capital humano para o Brasil na Aon, uma combinação de fatores explica o desempenho do custo médico brasileiro.

"Há mudanças simultâneas no perfil de saúde da população, na frequência de uso dos serviços médicos, na complexidade dos tratamentos e nas tecnologias incorporadas à cobertura dos planos de saúde", disse Martinez.

Ao contrário de outras regiões do mundo, a área que engloba América Latina e Caribe deve ter uma leve variação para cima, de 1 ponto percentual, puxada pelo Brasil. Na Europa, Ásia-Pacífico e Oriente Médio e África, há uma expectativa de queda nos custos médicos quando comparados aos indicadores de 2026.

Além do Brasil, outros países que devem ver os custos médicos subirem são França, Singapura, Emirados Árabes Unidos e Polônia. "Embora a tendência médica esteja diminuindo, ela continua acima de três vezes a taxa de **inflação**. As empresas precisam adotar uma abordagem proativa e orientada por dados para administrar custos e proteger o valor dos benefícios aos empregados", disse Michael Pedel, diretor de benefícios globais da Aon.

Após cinco anos de alta, o custo médico na América do Norte deverá oscilar de 9,3% para 9,2%, beneficiado pelos canadenses, de acordo com levantamento da Aon.

Segundo Martinez, as maiores despesas médicas vêm de doenças cardiovasculares, câncer e doenças autoimunes, especialmente quando exigem internações, terapias prolongadas ou cuidados especializados.

O levantamento deste ano realizado pela Aon mostra o aumento nas contas de medicamentos por causa das canetas emagrecedoras, mas, por se tratar de um tratamento recente, ainda não há dados mostrando os

impactos sobre a taxa de sinistralidade dos planos de saúde.

No Brasil, o estudo identificou uma redução média de 56% nas despesas médicas relacionados a cirurgias bariátricas, mas ainda não se sabe se essa queda é integralmente devido ao "boom" das canetas emagrecedoras.

O Ministério da Saúde está analisando a possibilidade de incluir as canetas emagrecedoras no SUS. Caso estejam disponíveis na rede pública, provavelmente a cobertura se estenda para os planos de saúde, uma vez que os procedimentos ofertados no SUS também devem ser oferecidos na rede privada, com poucas exceções.

A estimativa do governo é de gastos de R$ 1,5 bilhão por ano para viabilizar a oferta dos medicamentos contra a obesidade na rede pública de saúde.

O relatório da Aon mostra que os medicamentos à base de GLP-1 e similares respondem por uma parcela entre 1% e 10% dos custos médicos, com média superior a 3% no mundo.

As canetas emagrecedoras estão disponíveis para tratamento em quase 70% dos países pesquisados pela Aon, sendo que, em metade desses mercados, os planos de saúde empresariais cobrem o medicamento.

Em países como China, Alemanha, Malásia e México, a cobertura costuma se limitar aos pacientes com diabetes ou necessidade de controle glicêmico. Já os pedidos para redução de peso são negados.

Na Holanda, os gastos com medicamentos agonistas ao GLP-1 que são reembolsados pelas seguradoras de planos de saúde aumentaram em cerca de 67 milhões em 2025. Em Israel, a demanda elevou os custos farmacêuticos e as operadoras passaram a adotar controles de utilização. Na Letônia, alguns planos de saúde começaram a cobrir medicamentos como Ozempic sob condições específicas.

Nos Estados Unidos, cerca de 12% dos adultos são usuários das canetas GLP-1 para qualquer finalidade e quase dois terços desse público utilizam o medicamento para perda de peso como objetivo principal ou secundário.

"Para as empresas que avaliam subsidiar esses medicamentos, o principal desafio é estruturar um benefício direcionado sem transformá-lo em uma despesa crescente e de difícil previsibilidade. A ampliação das indicações clínicas pode aumentar a população elegível, enquanto a variabilidade de doses, respostas individuais e duração do tratamento dificultam a estimativa do custo futuro", explicou Martinez.

Votos latinos refluem para os democratas, dizem pesquisas

Os imigrantes latino-americanos e seus descendentes se tornaram o grupo mais importante de eleitores-pêndulo dos Estados Unidos. Após décadas de apoio ao Partido Democrata, com forte redução a essa adesão em 2024, eles voltam a se inclinar agora por candidatos que fazem campanha de oposição ao presidente Donald Trump, do Partido Republicano.

Os percentuais retornaram aos patamares das eleições dos últimos 20 anos, com cerca de 30 pontos percentuais de vantagem para os democratas entre os votantes de origem latino-americana. Essa margem pró-Partido Democrata havia sido reduzida a apenas 11 pontos em 2024. Tal movimento deu a Trump um empurrão para a vitória no voto popular e no Colégio Eleitoral que lhe garantiu o segundo mandato.

De acordo com dados do instituto de pesquisa Ipsos, o movimento de retorno se deve a dois fatores de decepção com o segundo governo de Trump: 80% citam como principal motivo para o voto nos democratas a alta no custo de vida.

Em 2024, quando foi eleito refazendo a coalizão republicana com um percentual maior que o histórico (embora ainda minoritário) de votos de eleitores latinos, negros e asiáticos, Trump havia prometido reduzir a **inflação** do governo do então presidente, o democrata Joe Biden (2021-2025).

Aquela **inflação** era, em grande parte, consequência de medidas de estímulo à economia adotadas pelo próprio Trump durante a pandemia da covid. Os latinos, assim como os demais moradores dos Estados Unidos, estavam sofrendo com os preços altos. Desde então, eles viram o custo de vida subir ainda mais, devido às tarifas impostas por Trump a mercadorias e insumos importados. E tam

bém devido ao aumento dos preços dos combustíveis, que já tiveram elevação de mais de 30% desde o início da guerra declarada ao Irã há oito meses por Trump e pelo primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu.

Política migratória. Outro motivo importante, citado por 20% dos eleitores latinos para abandonar Trump, é a decepção com sua política anti-imigração, especialmente a atuação da polícia federal americana de controle de imigração (ICE, na sigla em inglês), responsável por prisões, deportações em massa e violência contra civis, imigrantes com ou sem autorização para viver nos Estados Unidos.

Os votos dos latinos podem ser decisivos em vários distritos onde se disputam de forma acirrada vagas de deputado federal, como Califórnia, Flórida e Texas.

Nesse último Estado, bastião do Partido Republicano, os democratas concorrem com força que ainda não havia sido vista neste século no segundo Estado mais populoso

dos EUA, atrás apenas da Califórnia em número de votantes.

Na corrida pela maioria no Senado, os democratas poderão contar com a maioria dos votos dos eleitores latinos nos sete Estados que são considerados de resultado imprevisível: Iowa, Maine, Michigan, Ohio, Texas, Kansas e Alasca.

Se os democratas vencerem em quatro desses sete Estados, é provável que assumam a maioria do Senado, de acordo com as previsões dos principais institutos nacionais de pesquisa de opinião.

Nesses sete Estados, pesquisa New York Times/Siena realizada

o entre 23 de outubro e 1 de novembro revela que a maioria dos eleitores acredita que os candidatos do Partido Democrata tenham as melhores soluções para quatro das principais questões do país: custo de vida, interesses das pessoas comuns, guerras e imigração.

Os republicanos só aparecem à frente, e apenas no tema da imigração, em três estados: Maine,

Iowa e Alasca, os dois primeiros sendo aqueles (entre os sete) com maior predominância de população branca não hispânica, de acordo com o Censo - 89% e 81%, respectivamente.

Recursos financeiros e redesenho.

Dois fatores podem matizar o grau de surpresa na apuração dos votos: a capacidade financeira do Partido Republicano, especialmente na reta final da campanha, quando costuma gastar mais que o Partido Democrata. E o chamado "gerrymandering", como é

conhecido o redesenho de limites de distritos eleitorais com a intenção de manipular resultados.

Contando com a persistência de melhoria de seu desempenho entre eleitores latinos, os republicanos lograram redesenhar o mapa distrital em importantes e populosos Estados, como Texas e Flórida. Agora, com o refluxo do voto latino, é possível que eles acabem se arrependendo do "gerrymandering". A abertura das urnas dirá.

'Ilhado' por direita sul-americana, Brasil deve buscar pragmatismo

"Vejo um cenário complexo. Mas o Brasil é o país mais importante da América do Sul" Roberto Jaguaribe

O mapa geopolítico da América do Sul consolida uma das configurações mais heterogêneas das últimas décadas. Com a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, somada aos governos de esquerda e centro-esquerda no Uruguai e nas Guianas, desenha-se um quadro em que o Brasil opera como uma espécie de "ilha" cercada por uma expressiva "onda azul" - um cinturão de governos de direita e extrema-direita que inclui Argentina, Chile, Paraguai, Bolívia, Equador e Colômbia. A Venezuela permanece sob forte influência americana desde a captura de Nicolás Maduro em janeiro de 2026.

A despeito da polarização ideológica e da retórica de certos líderes regionais, como o presidente argentino, Javier Milei, a dinâmica geopolítica sul-americana aponta para uma coexistência pragmática. Diante da intensificação da disputa pela hegemonia entre Estados Unidos e China, do fantasma de um neomonroísmo americano e de desafios transnacionais como o crime organizado, os interesses econômicos e comerciais emergem como a principal força de coesão do continente, conforme especialistas ouvidos pelo Valor.

Segundo o ex-embaixador Roberto Jaguaribe, conselheiro consultivo do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), a atuação de Washington na América Latina voltou a ser pautada por um alinhamento defensivo contra a crescente presença chinesa na região. Sob a sombra do ressurgimento de princípios análogos à Doutrina Monroe, criada no século XIX para afastar potências estrangeiras e consolidar a hegemonia americana no continente, o governo dos EUA tem buscado refazer a sua área de influência direta no hemisfério sul por meio das eleições.

Uma outra expressão material dessa estratégia, observa Jaguaribe, é o projeto Escudo das Américas, iniciativa de cooperação em defesa e segurança para governos ideologicamente alinhados da região. "Vejo um cenário complexo. Mas o Brasil é o país mais importante da América do Sul. Somos importantes para todos. Esse é um trunfo, ainda que as demais nações sulamericanas também sejam importantes para nós", diz Jaguaribe.

"É preciso, indubitavelmente, melhorar as relações centrais, ampliando a integração regional. Mas não de forma ideológica. A ideologia é inimiga do entendimento. Essa negociação tem que envolver a todos, inclusive as comunidades de fronteira", afirma o ex-embaixador. "Ao Brasil, além dessa integração, será importante manter boas relações com EUA e diversificar os mercados. Uma Europa forte pode contribuir para um maior dinamismo comercial, já que os europeus possuem capital, conhecimento e competência global."

Para Leonardo Trevisan, professor de Relações Internacionais na ESPM, as prontas congratulações enviadas ao presidente Lula pelos governos da região, com falas eloquentes até mesmo de líderes conservadores, são sinais positivos. Refletem, em sua avaliação, a preocupação em manter o pragmatismo econômico e preservar o relacionamento diplomático com o Brasil, além da percepção de que os democratas devem obter maioria nas eleições de meio de mandato nos EUA, o que reduziria a disposição para qualquer tipo de tensionamento com o governo Lula.

Trevisan pondera, contudo, que uma integração profunda no momento tende a esbarrar em problemas estruturais, tanto no Brasil quanto nos países da "onda azul". Ele cita como exemplo o Chile, onde o presidente José Kast, com sete meses de mandato, enfrenta uma rejeição superior a 60% diante da dificuldade em controlar a **inflação** e cumprir as promessas de campanha. "Tensionar a relação não é conveniente. O Brasil tem um peso importante para esses países e o quadro não favorece internamente e nem externamente."

No que tange às relações bilaterais com a Argentina, tanto Jaguaribe quanto Trevisan coincidem em apontar que os atritos diplomáticos não devem se sobrepor aos interesses estratégicos e comerciais. Segundo o ex-embaixador, a postura de Milei carrega forte carga retórica de um governo desgastado. Os insultos, aponta ele, são negativos, mas Brasil e Argentina são "parceiros inevitáveis e imprescindíveis".

Essa resiliência institucional e comercial frente às oscilações políticas locais é reforçada por Gonzalo Müller, professor de ciência política na Universidad del

Desarrollo (UDD), no Chile. Em sua opinião, a reeleição de Lula consolida uma dinâmica de acomodação que já estava em curso. "Se produziu um sinal de continuidade. Recordemos que o resto das mudanças já aconteceram nos demais países. Portanto, essa coexistência pragmática já ocorre", argumenta.

Na visão de Müller, o pragmatismo reflete a busca por um equilíbrio entre Washington e Pequim. "A China vê a eleição de Lula como um alívio, mas todos os países buscam esse balanço. A China é o parceiro comercial relevante e os EUA, o aliado em segurança. Na economia e no livre comércio, a China impulsiona; na defesa, os americanos", avalia. Ele destaca que essa convergência preserva os projetos regionais. "A integração logística não depende de governos de turno, pois nenhum deles - Chile, Argentina, Paraguai ou Brasil - tem uma agenda anti-integração."

Nico Pose, professor no Programa de Estudos Internacionais da Udelar, no Uruguai, afirma que, para a maioria das nações sul-americanas,

a escolha entre China e EUA não é uma opção viável nem desejável, já que alinhar-se de forma automática a um ou outro traz mais custos do que benefícios. "Enquanto Pequim se consolidou como o principal parceiro comercial, comprador de commodities e fonte de financiamento em infraestrutura, Washington permanece sendo um parceiro incontornável em matéria de defesa, investimento direto e segurança", diz.

Além disso, o professor da Udelar ressalta que a vitória de Lula oferece a nações vizinhas, como o Uruguai, um importante escudo de contenção e margem de manobra frente a pressões americanas.

Pose e Müller apontam o combate ao crime organizado transnacional como o principal ponto de

tensão na agenda regional. Para os especialistas, a adesão de governos conservadores às diretrizes de segurança americanas contrasta com a postura de Lula, que recusou a integração do Brasil ao programa Escudo das Américas.

Müller alerta que o tema é um ponto sensível para o futuro, embora ressalte que, no nível operacional, as forças policiais já atuam de forma coordenada contra o crime transnacional. Pose enfatiza que a cooperação só terá sucesso se mantida no plano estritamente técnico e operacional. "Se transformar-se em uma disputa político-ideológica ou sofrer interferências externas, a confiança entre os países será corroída, reduzindo drasticamente a eficácia das ações no continente", alerta.

Lula busca nomes heterodoxos para Copom e mira Selic menor

Para agentes do mercado financeiro, plano do governo deve mirar gastos obrigatórios

Inconformado com a alta taxa de juros, que, na sua avaliação, trava a economia, o presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva começou a ouvir auxiliares e economistas sobre alternativas para viabilizar a queda da Selic em seu quarto mandato. Nesse contexto, busca perfis mais heterodoxos para quatro vagas na diretoria do Banco Central (BC) que poderá preencher até fevereiro de 2027, na tentativa de provocar uma mudança de rumo do Comitê de Política Monetária (Copom), que priorizou a cautela no ciclo atual de redução dos juros.

Lula alinhou com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que deverá encaminhar à instituição, ainda neste mês, os nomes para as duas vagas no BC que estão abertas desde janeiro, relativas às diretorias de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução, e de Política Econômica.

No ano que vem, no final de fevereiro, vencem os mandatos dos diretores de Fiscalização, Ailton de Aquino Santos, e de Política Monetária, Nilton Schneider David, ambos nomeados por Lula, e que atuam em sintonia com o presidente Gabriel Galípolo. No entanto, nos bastidores do governo e do BC, há incerteza se serão reconduzidos para mais quatro anos, diante do desejo do presidente de "arejar" o colegiado. Nesse contexto, um nome que tem circulado é o do economista André Roncaglia, diretor-executivo do Brasil no FMI.

Apesar da insatisfação com o ritmo de corte dos juros, Lula tem se reunido com Galípolo para se atualizar sobre as medidas do Banco Central de enfrentamento ao superendividamento da população. Na quarta-feira (28), eles se reuniram no Palácio da Alvorada. O Copom volta a se reunir nesta terça-feira (3) para definir se mantém ou revisa a taxa Selic, atualmente de 13,75% ao ano.

Em meio a esses movimentos, a informação publicada no domingo (1) pelo colunista Lauro Jardim, de O Globo, de que Lula poderia se reunir nesta semana com o economista André Lara Resende acendeu o sinal amarelo no mercado financeiro. Isso porque as ideias de um dos pais do Plano Real para a queda da Selic, que envolvem até uma meta para a taxa de juros, são consideradas excessivamente heterodoxas.

Por sua vez, a ex-ministra de Relações Institucionais Gleisi Hoffmann, derrotada na eleição para o Senado no Paraná, afirmou em seu perfil nas redes sociais, no mesmo dia, que o artigo de Lara Resende "é fundamental para enfrentar essa ofensiva terrorista sobre a política fiscal brasileira".

No mesmo domingo, Lula publicou um vídeo nas redes sociais rebatendo notícias falsas que circularam nos últimos dias de que ele acabaria com programas sociais, e de que o governo recuaria da extinção da escala de trabalho 6x1. Ele observou que as políticas públicas serão mantidas e, eventualmente, ampliadas - o que demandaria mais gastos.

"Em uma semana que fiquei sem falar, a mentira tomou conta deste país outra vez", criticou o presidente no vídeo. "Nenhum programa social será extinto neste país", reforçou. Lula acrescentou que, ao contrário, novos programas sociais podem ser criados, ou os que estão em funcionamento poderão ser melhorados. "Tudo aquilo que foi prometido na campanha, pode ficar certo de que vai acontecer."

Para conter a escalada da tensão entre os investidores, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, e o presidente do PT, Edinho Silva, entraram em campo para negar a suposta agenda de Lula com Lara Resende. Ao Valor, Durigan explicou que vários economistas entraram em contato com ele e com o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, e se colocaram à disposição para dialogar com Lula, mas, segundo o chefe da Fazenda, nenhum encontro foi programado até agora.

Durigan ainda rechaçou que estejam no radar do governo propostas como fixar meta de juros ou gastar reservas internacionais, mecanismos defendidos por Lara Resende em artigo para reduzir os juros. O economista prevê fixar a taxa Selic em um intervalo entre a meta de **inflação** (3%) e a soma da **inflação** com o crescimento real potencial da economia brasileira (5,5%), com a diminuição gradual até atingir o índice recomendado.

Em meio ao esforço de Durigan para acalmar o mercado, Gleisi voltou às plataformas digitais na

segunda-feira (2) para calibrar sua postagem anterior. Na nova publicação, a ex-ministra - que é cotada para assumir um novo cargo no Lula 4 - criticou o "nervosismo" do mercado, ressalvando que Lula ouvir uma proposta "não significa encampá-la". Ela enfatizou ainda que o presidente sempre foi "responsável fiscalmente" e reafirmou que ele não incorrerá em "estelionato eleitoral".

O debate interno sobre eventual mudança de perfil dos integrantes do Copom ocorre, paralelamente, às discussões sobre as possíveis medidas para equilibrar as contas públicas depois do pleito. Interlocutores do mercado financeiro têm alertado a equipe econômica sobre o risco de se repetir a frustração com o pacote fiscal anunciado em 2024, quando a repercussão negativa entre os investidores fez o dólar ultrapassar a marca dos R$ 6.

Esse alerta está em linha com um argumento que circula no Executivo

sobre a necessidade de se avançar em medidas estruturais de controle de gastos, inclusive em relação a despesas obrigatórias. Mas outro grupo, que reúne integrantes da ala política e dirigentes do PT, resiste a medidas que possam ser apontadas como "estelionato eleitoral". O desafio ainda implica o convencimento do próprio Lula de que tais medidas são cruciais para a credibilidade do governo no início do Lula 4.

Estão sobre a mesa medidas para impor limites a determinadas despesas, a possibilidade de mirar o centro da meta fiscal, a ampliação do contingenciamento para despesas obrigatórias e a perpetuação de gatilhos que limitam o crescimento de alguns gastos. Na visão do mercado, esses instrumentos podem ajudar na gestão do fluxo das despesas, mas não resolvem o problema fiscal. A tendência é que apenas iniciativas capazes de afetar de forma permanente as despesas, as receitas e o resultado primário sejam incorporadas às expectativas.

O déficit primário do governo central acumulado em 12 meses

está em R$ 49,5 bilhões, o equivalente a 0,38% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Há uma avaliação no setor privado de que, se os mecanismos em discussão forem efetivos e tiverem aplicação imediata, até poderiam reduzir parte da pressão. Ainda assim, um pacote concentrado nessas iniciativas ficaria aquém do esperado e seria insuficiente para fazer indicadores como câmbio e taxas de juros futuros retornar aos níveis anteriores. Fontes do governo estão cientes desse cenário e reconhecem que há preocupação com o efeito do câmbio sobre a **inflação**. Pelo lado das despesas, a Previdência é apontada como a principal pressão.

Para agentes do mercado, sem mudanças nessas grandes despesas, os ajustes pontuais em discussão poderão melhorar a composição do Orçamento, mas não alteram o nível total de gastos. Como o governo também não bateu o martelo sobre uma mudança no arcabouço fiscal, a despesa deve permanecer em torno de 19% do **PIB** nos próximos anos.